

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

Carolina Testoni Knabben

**Direito e Antropocentrismo: Limites e Alcance das Leis Brasileiras de Proteção aos
Animais**

**FLORIANÓPOLIS
2008**

CAROLINA TESTONI KNABBEN

**DIREITO E ANTROPOCENTRISMO: LIMITES E ALCANCE DAS LEIS
BRASILEIRAS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS**

**Monografia submetida à Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do título de Bacharel em
Direito.**

**Orientadora: Professora Doutora
Vera Regina Pereira de Andrade.**

FLORIANÓPOLIS

2008



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
Colegiado do Curso de Graduação em Direito

TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia, intitulada **Direito e antropocentrismo: limites e alcance das leis brasileiras de proteção aos animais**, elaborada pela acadêmica **Carolina Testoni Knabben** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10.0, sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no art. 9º da Portaria nº 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2008.

(Vera Regina Pereira de Andrade)

(Verônica Korber Gonçalves)

(Carolina Medeiros Bahia)

Ao Max, meu companheirinho, e a Miguel Tancredo Knabben, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

*A minha mãe e a meu pai, pela vida, pela educação e pela confiança;
a minha orientadora, professora doutora Vera Regina Pereira de Andrade, pelo apoio
incondicional à causa dos bichinhos e pela solidariedade mostrada em todos os
momentos;
à professora doutora Rosa Alice Mosimann e sua vocação de mãe, por me ceder o
espaço ideal para as leituras, pela revisão inestimável de todo o trabalho e pelo
estímulo à escrita;
ao professor doutor Christian Guy Caubet, por toda crítica e por toda sugestão, cada
recorte de jornal e cada lembrete;
a Tiago de Souza Martins, pela generosidade no empréstimo de tantos livros sem os
quais este estudo não poderia ter sido redigido;
a Maria Luiza Vieira Santos, por sempre me lembrar do que é importante;
aos meus amiguinhos de quatro patas: Max, Pituca, Caramelo, Belinha e Boris;
e a Yannick Caubet, por tudo (e mais um pouco).*

RESUMO

Este estudo tem como objeto de análise imediata as leis brasileiras que tratam da proteção dos animais e entende que o direito ocidental foi colonizado pela racionalidade de um paradigma sócio-cultural antropocêntrico. A primeira conclusão a que foi possível chegar é que a lei brasileira confere estatuto e proteção diferenciados para animais silvestres e domésticos, muito embora a Constituição de 1988 tenha estabelecido que os animais, sem distinção, são bens difusos, de toda a coletividade, sendo o fundamento para a proteção da fauna no Brasil seu artigo 225. Protegem-se os silvestres, sob a influência do paradigma antropocêntrico cientificista e de uma perspectiva conservacionista, por força da necessidade de preservar o potencial produtivo desses “recursos naturais”, como se infere do vocabulário das principais leis sobre o assunto. A atenção se volta, sob essa perspectiva, para os animais com função ecológica ou ameaçados de extinção, excluindo invariavelmente, portanto, os animais domésticos. Estes animais, não por acaso os que interessam aos sistemas produtivos, são considerados propriedade, e as medidas de salvaguarda de seu bem-estar, introduzidas por leis, não discutem sua utilização. Mesmo a vedação constitucional à crueldade contra os animais se mostra inoperante, já que a interpretação do assunto, pelos órgãos judiciais, é favorável ao paradigma antropocêntrico, em razão do papel da dogmática jurídica por ele condicionada. Em conclusão, os destinatários das normas não são os animais por elas atingidos. A superação desse estado só será possível a partir de forte crítica ao paradigma antropocêntrico e do diálogo dos representantes dos movimentos contra-hegemônicos, como os abolicionistas, as ecofeministas e os estudiosos da natureza animal, na biologia, e da interdependência entre todos os seres, na física, cujas revelações anunciam a crise de nossa ordem cultural.

Palavras-chave: Antropocentrismo. Ciência moderna. Direito moderno. Legislação brasileira. Fauna silvestre. Função ecológica. Fauna doméstica. Bem-estar animal. Teoria crítica. Crise paradigmática.

Sumário

RESUMO	VI
Introdução	1
1 - O triunfo do paradigma antropocêntrico	4
1.1 - Conceito de paradigma	4
1.2 - O especismo	5
1.3 - A transmissão estóica do teleologismo aristotélico aos mundos romano e cristão	6
1.4 - A Escolástica	8
1.5 - Baixa Idade Média	10
1.6 - Iluminismo	12
1.7 - O paradigma sócio-cultural da modernidade	16
1.8 – Positivismo, cientificismo e tecnicismo	17
1.9 - A contribuição de Darwin	23
2 - Evolução da legislação de proteção ao bem-estar animal no Brasil	26
2.1 - Da legislação portuguesa ao Código Civil de 1916	26
2.2 - Decreto-Lei n.º 24.645/34	28
2.3 - A Lei de “Proteção” à Fauna	29
2.4 - Declaração Universal dos Direitos dos Animais	35
2.5 - Primeira Lei da Vivissecção	36
2.6 - As leis da década de 80 do século XX	38
2.6.1- Constituição da República de 1988	40
2.6.2- Natureza jurídica da fauna	41
2.7 - Lei n.º 9.605/98	44
2.8 - Código Civil de 2002	48
2.9 - Lei n.º 11.794/2008	49
2.10 - Outras leis e a competência concorrente para legislar sobre a fauna	54
3 - As leis de proteção aos animais em perspectiva	60
3.1- Considerações sobre o contexto da elaboração das leis brasileiras: o ambientalismo no Brasil	60
3.2 - Conservacionismo e a proteção deficiente da fauna silvestre	63
3.3 - Os animais domésticos e a questão do bem-estar	66
3.4 - Bem-estarismo legal e abolicionismo	70
3.5 - A crise paradigmática e as visões pioneiras de Peter Singer, Tom Regan e das ecofeministas	73
Considerações finais	79

Referências bibliográficas	81
----------------------------------	----

Introdução

Num primeiro momento, a idéia desse trabalho era verificar a efetividade das leis de proteção aos animais, sendo o primeiro título escolhido, justamente, **A Efetividade das leis de proteção ao bem-estar animal na legislação brasileira**, já que há abrangente utilização de animais em pesquisa e consumo, cabendo então, verificar em que medida esses animais não estão sendo maltratados, e até que ponto a legislação controla essas práticas. O trabalho pretendia, baseado na literatura produzida pelo movimento de proteção aos animais, verificar se a proteção do bem-estar psico-físico do animal era eficientemente protegida pelas leis.

Como a lei prevê, também, a proteção dos animais silvestres, embora sob outro enfoque, foi necessário considerar esses fatos. Sem descrever essas práticas nem aprofundar o debate ético, o novo objetivo, então, será estudá-las, através do vocabulário empregado nas leis (que, de acordo com Giroux, junto com a forma e o conteúdo da matéria, desvenda a ideologia, revelando os significados, as contradições e as diferenças lá inscritas), como práticas antropocêntricas, isto é, voltadas a objetivos humanos.

O primeiro capítulo definirá o conceito de paradigma, para então tratar da consolidação histórica de um paradigma sócio-cultural antropocêntrico a partir dos gregos (teleologismo aristotélico), passando pelo pragmatismo dos romanos e a escolástica da Idade Média, o Iluminismo, a revolução industrial, para terminar no período contemporâneo da sociedade de consumo. A partir desses dados, o trabalho pretende demonstrar que nenhum dos períodos conseguiu desencorajar as práticas

vigentes, ou seja, o tratamento dos animais como mercadoria ou matéria prima de futuros negócios.

O capítulo II examinará a evolução das leis que tratam dos animais no Brasil, desde a ocupação portuguesa até os nossos dias com análise do seu vocabulário. A intenção é procurar estabelecer que o vocábulo das leis autoriza práticas antropocêntricas, o que comprova serem influenciadas pelo paradigma. Por outro lado, os animais são divididos entre silvestres e domésticos, ambos servindo propósitos antropocêntricos, e dessa divisão resulta uma diferença. Os silvestres são protegidos pelas normas ambientais, em particular os que estão ameaçados de extinção e possuem função ecológica. Já os animais domésticos, são exclusivamente tratados como mercadoria de consumo e considerados propriedade privada.

Com o auxílio desses dados, o capítulo III deverá ser conclusivo. Na verdade, a lei se aproxima dos animais de dois modos: o “bem-estarista”, que pretende reformas na utilização dos animais (sobretudo domésticos) visando, por via jurídica, a regulamentação das atividades ditas especistas, sem, contudo, pô-las em causa, e o abolicionista. Por definição, o abolicionismo requer das leis o fim da exploração dos animais, referencial teórico –que não consta de literatura traduzida- a ser adotado no presente trabalho. Vai ser analisada, também, a possibilidade de o paradigma antropocêntrico atravessar uma crise em função das revelações dos abolicionistas e das descobertas revolucionárias da física e da biologia sobre a natureza dos animais e a relação de interdependência que criamos com eles.

Por fim, cabe registrar que essa investigação deve seu sentido e existência às denúncias do sofrimento e do sacrifício anual e constante de centenas de bilhões de seres vivos, permitidos pela institucionalização do encerramento e da exploração de animais não-humanos sencientes.

Apenas no Reino Unido, são criados 900 milhões de animais, a cada ano, para servirem de alimento, e cerca de 500 milhões de animais são utilizados em experimentos científicos em todo o mundo. Um terço desse número é destinado à investigação médica; dois terços a atividades diversas: indústrias alimentícia, coméstica, sanitária, armamentista etc.

Acredita-se que o comércio ilegal de animais silvestres movimente cerca de 20 bilhões de dólares por ano em todo o mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e o de armas. A experimentação animal é ainda mais rentável. Em 1999, a venda de camundongos nos EUA alcançou 200 milhões de dólares e a de outros animais chegou a 140 milhões de dólares –o preço de um camundongo geneticamente modificado pode variar de U\$ 100,00 a U\$ 15.000,00 dólares a unidade. Um único aparelho para matar, de forma "humanitária", animais usados na pesquisa, desativando suas enzimas cerebrais, custa algo em torno de U\$ 70.000,00, enquanto aparelhos para conter ratos, cães, gatos e macacos, podem custar entre U\$ 4.500,00 a U\$ 8.500,00 a unidade. A experimentação animal ainda beneficia autores e editores de publicações científicas, mas, especialmente, as indústrias química e farmacêutica. A indústria farmacêutica, a mais rica do mundo, movimenta 500 bilhões de dólares por ano. Com relação aos animais criados para consumo, estima-se que o faturamento bruto do setor agropecuário brasileiro atingiu R\$ 172,4 bilhões, em 2006.

A fuga à reflexão crítica sobre os argumentos éticos, filosóficos e jurídicos que validam nosso comportamento em relação ao Outro torna-nos todos tributários do saldo negativo da perpetuação do uso animal, seja em experimentos científicos ou procedimentos de vivisseção, seja a serviço do abastecimento dos mercados consumidores de carnes, laticínios, ovos, mel, têxteis, e até do entretenimento.

1 - O triunfo do paradigma antropocêntrico

1.1 - Conceito de paradigma

De acordo com Thomas Kuhn, os paradigmas indicam, num sentido, a constelação de crenças, valores, técnicas etc. -a matriz disciplinar partilhada pelos membros de uma comunidade determinada (KUHN, 2007, pp. 220-229)- e de um ponto de vista filosófico mais profundo, *as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência* (KUHN, 2007, p. 13).

Para o autor, a noção de paradigma é intimamente ligada ao que ele mesmo definiu como ciência normal, a atividade na qual a maioria dos cientistas emprega seu tempo, baseada no pressuposto de que *sabe como é o mundo*. Ela suprime, sempre que surgem, as novidades que possam subverter seus compromissos básicos, até que se revele uma anomalia que, não podendo ser ajustada aos objetivos do paradigma que lhe move, força os cientistas a investigações extraordinárias que os conduzirão a um novo conjunto de compromissos, a um novo paradigma, a uma nova base para a prática da ciência, não por acaso nomeada ciência extraordinária (cf. KUHN, 2007, p. 24) A revolução científica é, assim, *um deslocamento da rede conceitual através da qual os cientistas vêem o mundo* (KUHN, 2007, p. 137).

O antropocentrismo¹ é um paradigma –um *modelo ou padrão aceito, no seu uso estabelecido*- (KUHN, 2007, p. 43) universal, e como tal busca reafirmar-se desde

¹ De acordo com o Dicionário Houaiss, *forma de pensamento comum a certos sistemas filosóficos e crenças religiosas que atribui ao ser humano uma posição de centralidade em relação a todo o universo, seja como um eixo ou núcleo em torno do qual estão situadas espacialmente todas as coisas (cosmologia*

há muito tempo, sempre com sucesso, porque nunca despertou uma crise, a consideração da existência de uma alternativa disponível para substituí-lo (KUHN, 2007, pp. 107-108) no que inspirou à filosofia, à religião, à ciência ou ao direito. Muito embora, sem trégua, tenha havido vozes a detectar-lhe anomalias², as implicações por elas suscitadas não foram consideradas de especial importância prática (KUHN, 2007, p. 113) pelos agentes sociais hegemônicos nos períodos históricos a serem estudados. A afirmação de que o antropocentrismo constitui um paradigma maduro, formulada numa perspectiva histórica, não deverá ser confundida com a tentativa de sua reconstrução histórica, aqui impraticável.

1.2 - O especismo

Quando os animais ficam em função dos seres humanos pelas suas características fatuais, o antropocentrismo recebe o nome de especismo, definido pelo psicólogo Richard D. Ryder, em 1975³, e empregado por Peter Singer em **Ética Prática** para designar a forma como os seres humanos atribuem maior peso aos interesses dos membros de sua própria espécie quando há um choque entre eles e os de outras espécies⁴ (SINGER, 2002, p. 68). Ryder traçou um paralelo com o racismo para cunhar o termo, que descreveu como a discriminação praticada pelo homem, de forma abrangente, contra outras espécies, fruto de convicções dominantes no senso comum e

aristotélica e cristã medieval), seja como uma finalidade última, um tólos que atrai para si todo o movimento da realidade (teleologia hegeliana).

² Sônia Felipe destaca, em vários dos textos citados neste estudo, as críticas ao antropocentrismo promovidas, entre outros, por Sêneca, Ovídio, Plutarco e Porfírio, na Grécia antiga; Michel de Montaigne, David Hume e Humphrey Primatt, já na modernidade; Henry Salt, Cesare Goretti, Peter Singer, Tom Regan, Andrey Linzey, Carol J. Adams, Gary Francione, Steven Wise, contemporâneos.

³ De acordo com Sônia T. Felipe, Ryder empregou a expressão (do inglês *speciesism*), provisoriamente, em um panfleto distribuído em 1973 e, definitivamente, em 1975, no livro **Victims of Science** (FELIPE, 2003, pp. 82-83).

⁴ O estudo parte do pressuposto de que os animais têm interesses.

na filosofia moral tradicional (FELIPE, 2007, pp. 187-188), uma forma de *preconceito sustentado pela elite intelectual e pelos que detêm o poder de subjugar seres vivos vulneráveis* em benefício próprio (FELIPE, 2008a). Para ele,

Especismo e racismo são ambas formas de preconceito baseadas nas aparências – se o outro indivíduo tem um aspecto diferente, então é considerado moralmente inadmissível. O racismo é hoje condenado pelas pessoas mais inteligentes e compassivas e parece simplesmente lógico que essas pessoas devam estender sua preocupação por outras raças a outras espécies também. Especismo e racismo (e na verdade sexismo) ignoram ou subestimam as semelhanças entre o discriminador e aqueles contra quem discrimina, e ambas as formas de preconceito expressam o descaso egoísta pelos interesses de outros e por seus sofrimentos (RYDER, 1975).

Embora não seja mais evocado, tão freqüentemente, em sua forma nua e crua, que condiciona a consideração moral ou jurídica de um ser vivo à simples participação na espécie humana, baseada *na percepção e na constatação de diferenças aparentes determinadas pelo padrão biológico dos seres em apreço* (FELIPE, 2003, pp. 82-86) e, quanto o racismo praticado com esse fundamento, obedece a uma demarcação arbitrária, o especismo ainda é encontrado de forma disfarçada, *sob o pretexto de que todos os seres humanos e somente seres humanos possuem certo “valor intrínseco” ou “dignidade” que não pode ser encontrada em membros de quaisquer outras espécies* (SINGER, 2008).

1.3 - A transmissão estóica do teleologismo aristotélico aos mundos romano e cristão

Na Grécia antiga, a consideração isoladora e exaltadora da condição humana (ARAÚJO, 2003, p. 9), a idéia de que tudo foi criado para o homem, ganha expressão

na obra de Aristóteles, para quem toda a natureza é teleológica, uma *ordem cósmica* dentro da qual cada forma viva ocupa uma posição estanque e rígida e os seres inferiores estão, invariavelmente, subordinados aos interesses dos seres superiores, estando o ser humano situado no mais alto degrau dessa escala (ARAÚJO, 2003, p. 48), dotado de razão. **A Política** defende o domínio do homem livre, que tem idéias, sobre o escravo e o animal, que só contam com a força. Para Aristóteles o dom da palavra é uma forma de prevalência dos homens políticos sobre os animais, já que aqueles conhecem e justificam suas leis, e o que separa a sociedade doméstica da civil (DIAS, 2000, pp. 25-27).

O teleologismo aristotélico, antropocêntrico e androcêntrico, chegará aos mundos romano e cristão através da idéia de Direito Natural dos estóicos, que legitima a existência de seres inferiores no confronto entre espécies e também no seio das relações intersubjetivas dentro da espécie humana (ARAÚJO, 2003, p. 48). Para Fernando Araújo, a tese estóica de um Direito Natural e de uma subalternidade escrita *na ordem das coisas* está lapidarmente exposta no Digesto de Justiniano: *O direito natural é o que a natureza inculca em todos os animais. De facto, o Direito não é próprio apenas do gênero humano mas de todo o animal, quer tenha nascido no céu, quer na terra, que no mar* (ARAÚJO, 2003, p. 49).

A visão romana de mundo, eminentemente pragmática, constituiu-se a partir da herança intelectual do mundo grego transmitida pelos estóicos, e fundamentou o Direito Romano, que considerou, como convinha a seus interesses expansionistas, que apenas o homem livre podia ser considerado sujeito de direitos e obrigações, excluindo, assim, os escravos, as mulheres, as crianças, os deficientes físicos, os estrangeiros e, é claro, os animais (SANTANA, 2008a), considerados coisas, razão pela qual eram

submetidos ao mesmo regime jurídico dos objetos inanimados e da propriedade privada (LEVAI, 2004, p. 19).

A filosofia de Aristóteles, para quem a razão é o fator que coloca os animais e a maioria absoluta dos seres humanos na dependência e a serviço dos interesses dos poucos (aristocratas) que se proclamam dotados de tal aparato, não por acaso foi bem aceita e incorporada pelos romanos, cujo império foi construído através de guerras de conquista (FELIPE, 2003, p. 44).

Parece óbvio, também, que o aristotelismo tenha servido de suporte filosófico às supervenientes religiões monoteístas, entre as quais a cristã, fundada e consagrada, aliás, sob o império romano, tendo bem servido suas necessidades de hierarquização, demarcação e exaltação axiológica (ARAÚJO, 2003, p. 51).

1.4 - A Escolástica

Foi o cristianismo que fez prevalecerem, na Europa, as atitudes ocidentais para com os animais de onde se espalharam para a maioria das sociedades humanas (SINGER, 2004, pp. 210-211).

A teologia católica (consolidada), com base na escolástica, tem seu principal representante em São Tomás de Aquino (1228-1274) e considerou, por séculos, os animais como *coisas* (LINZEY, 2008). Em sua interpretação da Bíblia, apoiada no pensamento de Aristóteles, afirma que *na ordem das coisas existem as mais perfeitas, e assim procede a natureza, do mais imperfeito ao mais perfeito. [...] as plantas vivem em função dos animais; e os animais, dos homens* (DIAS, 2000, p. 31).

Defendendo que *os animais, sendo meros sujeitos mecânicos de leis causais, estão “naturalmente” escravizados aos interesses do homem*, a Igreja garante as práticas excludentes que apóia (ARAÚJO, 2003, p. 55). A construção tomista reforçou, pois, após mil anos, a cultura romana e a tradição judaica (os textos do Antigo Testamento) que o cristianismo no início de sua era já tentara consolidar (FELIPE, 2003, p. 45), quando a Patrística de Santo Agostinho introduzira a tese de que aos animais irracionais não se aplica o mandamento do *não matarás* (ARAÚJO, 2003, p. 55).

A Igreja Católica ofereceu interpretação das passagens do livro do Gênesis que incitam os seres humanos a utilizarem-se dos animais em um momento de extrema escassez alimentícia, o dilúvio, para justificar-lhes o abate para consumo e, em geral, o domínio sobre todos os seres vivos, interpretação que a filosofia moral tradicional incorporou (FELIPE, 2003, p. 30).

Nos textos judaicos do Êxodo e do Deuteronômio são encontradas, ainda, referências à preocupação dos judeus com o excesso de carga imposta aos animais usados no transporte de bens e mercadorias e o reconhecimento da obrigação humana, segundo a lógica do zelo pelo patrimônio, de ajudar o animal sobrecarregado (FELIPE, 2007, p. 231). A Escolástica continuará garantindo a existência de deveres indiretos para com os animais, os efeitos *humanizadores* da abstenção de crueldade, enquanto Tomás de Aquino esforça-se para separar esse argumento de qualquer linha de raciocínio que pudesse ser considerada um direito à vida dos não-humanos (ARAÚJO, 2003, p. 55). No final do século XX, constará ainda da Enciclopédia da Igreja Católica que

animais não têm “direitos”, pois esses só podem ser atribuídos a pessoas, dotadas de razão e responsabilidade. Crueldade contra animais com certeza é errado: não porque viole “direitos” animais que não existem, mas, porque a crueldade em um ser humano é uma disposição indigna e pecaminosa e, objetivamente, porque maus tratos aos animais são um abuso e perversão do desígnio divino. Ao homem foi dado domínio sobre o reino animal, e tal domínio deve ser exercido em conformidade com a razão humana e a vontade de Deus,

o que dá mostras do poder da escolástica sobre a doutrina oficial católica, 700 anos depois (LINZEY *apud* FELIPE, 2003, p. 43).

1.5 - Baixa Idade Média

Na Baixa Idade Média, marcada pela transição entre o feudalismo e o capitalismo, a emergência da burguesia, a centralização do poder pelos Monarcas, as guerras de religião, o declínio da *respublica christiana* e o surgimento das primeiras Universidades, surge, nas cidades européias, o Renascimento cultural e científico, assim chamado por suscitar a revalorização de ideais da antiguidade clássica como o humanismo, que vigorou nos séculos XV e XVI, o individualismo e o racionalismo.

O desenvolvimento do comércio e da vida urbana e o contato com povos de culturas diferentes alteraram a visão medieval do mundo, permitindo o surgimento do humanismo (SILVEIRA, 1998, p.112), que deslocou Deus de sua posição de centro do universo, lugar que passou a ser ocupado pelo homem. A principal característica do humanismo renascentista, marcado pela máxima *O homem é a medida de todas as coisas*, resgatada de Protágoras (LEVAL, 2004, p. 18), é a ênfase na singularidade dos seres humanos, seu livre arbítrio, seus potencial e dignidade, todos contrastados com a

natureza limitada dos animais inferiores (SINGER, 2004, p. 225). *O animal era considerado o não-humano* (LIMA, 2008a, p. 150).

Embora enfraquecido pelas Reforma e Contra-reforma religiosas, o Renascimento foi responsável por parte das transformações sociais e econômicas do fim da Idade Média e simbolizou o nascimento da ciência moderna, operando a maior revolução científica antes do século XX, com a ajuda de nomes como Nicolau Copérnico e Johannes Kepler, Galileu Galilei e Isaac Newton (SILVEIRA, 1998, pp. 131-133).

A instituição científica, através da razão, substituiu, aos poucos, a autoridade papal, baseada na fé, ainda que, como rivais da bruxaria e das práticas alquímicas, ciência e religião tenham sido aliadas. Na era da razão, *o que antes era obscuro e especulativo é agora transformado em prova, em demonstração. O milagre, enquanto manifestação no mundo real do sobrenatural, do obscuro, do sagrado, é agora substituído pela demonstração experimental* (LIMA, 2008a, pp. 150-151).

A ciência, comparada à religião, exige um grau de abstração menor, embora a eficiência de ambas, no arrebanhamento de adeptos seja inegável. A adesão à ciência no período da formação do capitalismo se deve, de acordo com José Epifânio Regis Lima, ao fato de ela ser um componente importante da ideologia⁵ futura (LIMA, 2008a, pp. 150-151).

O fato é que, *se a Renascença marca, sob determinados aspectos o início do pensamento moderno, o modo de pensar anterior, no tocante às atitudes para com os animais, continua a vigorar* (SINGER, 2004, p. 225). A ciência renascida, como foi

⁵ A palavra ideologia, no texto do autor e neste estudo, é empregada, no sentido do verbete do Dicionário Aurélio, como o sistema de idéias que pretende desenvolver-se sobre princípios abstratos, mas expressa, na realidade, elementos sociais, culturais e econômicos que não são reconhecidos como determinantes daquele sistema (LIMA, 2008a, p. 57).

caracterizada, atravessada pela tradição religiosa que a beneficia, estará legitimada como instrumento político-ideológico para a manutenção de determinada ordem sócio-cultural: *quem pode sacrificar quem deve morrer e quem pode matar, que tipo de violência é legítima, que tipo não o é* (LIMA, 2008a, pp. 150-151).

1.6 - Iluminismo

No século XVIII a burguesia, agente social que se manifestou com o fim do feudalismo e beneficiou-se com a Revolução Comercial do século XV, as grandes navegações do século XVI e a centralização do poder pelas monarquias no século XVII, em razão da decadência do governo absolutista foi obrigada a focalizar as doutrinas política e social (BOBBIO, 1999, p. 606) que lhe assegurariam direitos. Num período de grandes transformações técnicas e econômicas, os intelectuais burgueses empenharam-se em difundir, numa nova mentalidade e atitude cultural, o Iluminismo, *filosofia militante de crítica da tradição cultural e institucional; seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos* (BOBBIO, 1999, p. 605).

Com a ascensão da ciência a partir da revolução científica do século XVI, o método racional-analítico que lhe é inerente, interpretado em sentido prático e utilitarista, tornar-se-á o núcleo ao redor do qual gravita o pensamento liberal iluminista e o fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade (SANTOS, 2008, p. 17). A característica fundamental do emergente paradigma científico é a negação do caráter racional a todas as formas de conhecimento

que não se pautem por seus princípios epistemológicos e regras metodológicas (SANTOS, 2008, p. 21).

Além da separação operada pela ciência moderna em relação ao pensamento aristotélico, ligado às evidências da experiência imediata, através da distinção entre os conhecimentos científico e do senso comum, interessa a este estudo a construção da dicotomia natureza/cultura, animal/ser humano, sob o ponto de vista do avanço na observação dos fenômenos naturais, destinada a uma ordenação e estabilização do mundo que permitisse a previsão e intervenção (transformação tecnológica) no real (SANTOS, 2008, p. 30).

De acordo com a Ciência iluminista,

a natureza é tão-só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes activo, já que visa conhecer a natureza para dominar e controlar (SANTOS, 2008, p. 25).

Herdeiro do renascimento, o iluminista burguês acredita que sua realização deriva do conhecimento que tem da natureza, da possibilidade de subtrair-se a seu domínio e até mesmo de dominá-la. No Iluminismo *a natureza está no centro dos interesses e tal interesse está em função do homem* (branco, macho, proprietário) *e do crescimento do seu poder* (BOBBIO, 1999, p. 607).

Na segunda metade do século XVII, René Descartes havia conferido à concepção iluminista sua consciência filosófica (SANTOS, 2008, p. 22) e ao racionalismo o seu zênite. O **Discurso do Método** faz a síntese do mecanicismo cartesiano, eco da mudança de paradigmas científicos do século XVI, e a conhecida

teoria do *animal-máquina* que, considerada ao pé da letra estimulou, por exemplo, a multiplicação das Escolas de Medicina em que se praticava a vivissecação.

As afirmações cartesianas, com relação aos animais, são o produto de uma insistência obsessiva na coesão de um sistema axiomático dualista, determinista em todos os domínios exteriores à liberdade humana; *a necessidade de congruência interna desse sistema levou à desconsideração de evidências empíricas* (ARAÚJO, 2003, pp. 84-89), como as de que os animais sentem dor. Estabelecendo a diferença entre homens e animais com base no uso da linguagem e da intencionalidade dos atos, Descartes insistiu no fato de que, por não terem a habilidade de comunicar o próprio desejo ou intenção, os animais não têm consciência, logo não registram qualquer experiência, nem de dor, nem de prazer (FELIPE, 2003, pp. 55-56).

Sob a influência da nova ciência (moderna), Descartes desenvolveu seu pendor dogmático-axiomático a tal extremo, que pretendeu *instaurar na confusão sublunar o mesmo tempo de certezas dedutivistas que a revolução científica parecia ter definitivamente estabelecido quanto aos corpos celestes* (ARAÚJO, 2003, p. 84). O sistema não poderia admitir que a afirmação da existência de uma alma nos animais constituísse um desmentido da tradição bíblica, sugerindo indiferenciação entre as espécies; ou os dualismos não teriam sentido (ARAÚJO, 2003, p. 86). A teoria do animal-máquina é inseparável do dualismo corpo-alma, que reduziu o ser humano à sua mente (DIAS, 2000, p. 44) e importou na negação de sua animalidade e na *desnaturalização* da espécie, como se fosse imune a contingências e dependências (ARAÚJO, 2003, p. 90).

Um dos legados mais perenes das demarcações consentidas pelos dualismos cartesianos é a instrumentalização da matéria e dos animais em favor da espécie humana, a partir da oposição sociedade-natureza.

A natureza, tida como tudo que não é sobrenatural, e a natureza humana, -a razão, representam o *centro para o qual converge o conhecimento e do qual o conhecimento tem sua origem* e o fundamento iluminista para a ética, a religião, (BOBBIO, 1999, p. 608), o Direito (Natural), e o Estado, com o contratualismo.

Em Hobbes, o dualismo cartesiano encontra corolário na concepção referente aos não-humanos:

Visto que estes não faziam parte do “*pactum subjectionis*” através do qual os humanos alcançavam a paz e se libertavam do “estado de natureza”, eles não apenas ficavam irremediavelmente presos a um tal “estado de natureza”, como ainda podiam livremente matar humanos e ser mortos por humanos sem que se verificasse qualquer injustiça – visto, muito singelamente, não ocorrer o valor justiça no estado de natureza (ARAÚJO, 2003, p. 47).

Locke, precursor do liberalismo inglês, retirou o animal da natureza, transformando-o em propriedade privada. Na sua teoria política, *a princípio, tudo pertence a todos e a força do trabalho pertence a cada um individualmente, o que vem a constituir a primeira forma de propriedade. Segundo ele o homem pode se apossar dos frutos e das criaturas da terra*, recursos à disposição da humanidade (DIAS, 2008).

No campo da filosofia jurídica, a afirmação de direitos naturais por Hobbes, Locke e Rousseau ajudaram a estabelecer os direitos inalienáveis *do homem* à vida, à propriedade e à liberdade, interessantes, sobretudo, para a burguesia ascendente, desejosa de assegurar-se de direitos civis e políticos que servissem seu empreendimento expansionista. O contratualismo, por outro lado, desenvolvido também por cada um destes autores, aparece como um critério de legitimação do Estado, visando, à exceção de Hobbes, afastar o perigo sempre presente do despotismo e o culto genuíno da liberdade civil (BOBBIO, 1999, pp. 107-108).

Teses antropológicas sustentam as teorias políticas iluministas e preservam a exclusão dos seres ditos não sensíveis, não racionais e não capazes de linguagem do âmbito do contrato ético-político, instituído para a proteção dos que detêm a propriedade das coisas, das mulheres, dos servos, da natureza e dos animais (FELIPE, 2003, pp. 158-159).

1.7 - O paradigma sócio-cultural da modernidade

O período entre o século XVI e finais do século XVIII, tratado anteriormente, marca o surgimento do paradigma sócio-cultural da modernidade (SANTOS, 2005, p. 49), aqui analisado em seu aspecto antropocêntrico. Como prega o aventura de Sousa Santos, trata-se de um projeto ambicioso e revolucionário, rico e complexo, assente em três pilares,

o da regulação e o da emancipação, cada qual constituído por três princípios ou lógicas. O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, formulado inicialmente por Hobbes, pelo princípio do mercado, desenvolvido por Locke e por Adam Smith, e pelo princípio da comunidade, que domina toda a teoria social e política de Rousseau. O princípio do Estado consiste na obrigação política vertical entre cidadãos e Estado. O princípio do mercado consiste na obrigação política horizontal individualista e antagônica entre os parceiros de mercado. O princípio da comunidade consiste na obrigação política horizontal solidária entre membros da comunidade e entre associações. O pilar da emancipação é constituído pelas três lógicas de racionalidade definidas por Weber: a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia e a racionalidade moral-prática do direito (SANTOS, 2005, p. 50).

O mesmo autor também fez a distinção, no projeto da modernidade, entre duas formas de conhecimento: *o conhecimento-regulação cujo ponto de ignorância se designa por caos e cujo ponto de saber se designa por ordem e o conhecimento-*

emancipação cujo ponto de ignorância se designa por colonialismo e cujo ponto de saber se designa como solidariedade (SANTOS, 2005, p. 29).

A gestão reconstrutiva dos déficits e excessos da modernidade foi confiada à ciência, que se converteu em conhecimento hegemônico e se institucionalizou como tal (SANTOS, 2005, p. 28), e, em segundo lugar, ao direito. Já foi descrita a função regulatória da ciência moderna nos seus momentos fundacionais, em especial sobre a natureza e os animais. Agora será estabelecido como a racionalidade cognitivo-instrumental, que lhe é própria, aliada à emergência da técnica e da filosofia positivista, no momento em que o capitalismo convergiu para a modernidade ocidental, conduziu a emancipação moderna a render-se à regulação (SANTOS, 2005, p. 57), suprimindo, assim o propósito moderno de superação do colonialismo, entendido como *concepção do outro* (inclusive o animal) *como objecto e conseqüentemente o não reconhecimento do outro como sujeito* (SANTOS, 2008, p. 30).

A colonização pela racionalidade das ciências, igualmente, do discurso jurídico, projetada na instrumentalização dos animais, poderá ser visualizada através da análise das leis de proteção aos animais, no capítulo 2, e das breves considerações sobre a dogmática jurídica, no último capítulo.

1.8 – Positivismo, cientificismo e tecnicismo

As ideologias positivista, cientificista e tecnicista, na sociedade industrial moderna, deram um novo tom à ciência, em prejuízo de seus elementos críticos (LIMA J. E., 2008, p. 57). Por cientificismo entende-se a concepção filosófica *que afirma a superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da*

realidade (religião, filosofia metafísica etc.), por ser a única capaz de apresentar benefícios práticos e alcançar autêntico rigor cognitivo (HOUAISS, 2008). A *tendência intelectual que preconiza a adoção do método científico, tal como é aplicado às ciências naturais, em todas as áreas do saber e da cultura (filosofia, ciências humanas, artes etc.)* (HOUAISS, 2008), por sua vez, justifica o que José Epifânio Regis Lima chama de tecnicismo (LIMA, 2008a, p. 57), *a tentativa de fazer funcionar na prática (e a qualquer custo) o saber científico e a técnica que dele possa resultar* (LIMA, 2008a, p. 85). Todas essas concepções são válidas para o capitalismo industrial, já que apropriadas para a utilização operativa, na medida em que concorrem para o domínio da natureza, transformada em força produtiva (LIMA, 2008a, p. 61).

Reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de dominá-lo e transformá-lo, o conhecimento mecanicista da fundação da ciência moderna, cooptado pelo capitalismo, condensou-se, a partir do século XIX, no positivismo, *em sentido lato, cada uma das doutrinas influenciadas pelo comtismo nos séculos XIX e XX, caracterizadas pelo cientificismo, metodologia quantitativa e hostilidade ao idealismo* (HOUAISS, 2008). O triunfo dos métodos das chamadas ciências naturais, concretizado pelas transformações no dia-a-dia das pessoas, exerceu uma grande influência sobre os pensadores da época que aderiram à corrente positivista (BRÜGGER, 2004, p. 138).

Como já se tentou demonstrar, na sua auto-imagem neutra,

O cientista moderno renuncia a se pôr diante da realidade com uma atitude moralista ou metafísica, abandona a concepção teleológica (finalística) da natureza (segundo a qual a natureza deve ser compreendida como pré-ordenada por Deus a um certo fim) e aceita a realidade como ela é (BOBBIO, 2006, p. 135).

O positivista, em especial, apregoa a exclusão total, no âmbito da ciência, dos juízos de valor e o conhecimento estritamente objetivo da realidade.

A ciência não é, entretanto, neutra ou a-histórica; muitos autores chamaram atenção para a importância de seu papel face a questões políticas, econômicas e ideológicas, em especial os pensadores da Escola de Frankfurt responsáveis pela crítica da razão iluminista e da ciência (BRÜGGER, 2004, p. 39 e 46), tão caras a este estudo quanto já se pôde assinalar. *Nosso **corpus** formal de conhecimento é metafórico, como qualquer outro, e a nossa ciência antropocêntrica, etnocêntrica, especista e reducionista não se constitui em exceção* (BRÜGGER, 2004, p. 61).

Atendo-se obsessivamente aos fatos e ligada ao pragmatismo, a doutrina positivista concebe um tipo de razão instrumental útil à burguesia, que consolida seus direitos políticos na Revolução Francesa e desenvolve a Revolução Industrial (LIMA, 2008a, pp. 57-60). Assim é que o aparecimento do positivismo na epistemologia da ciência moderna pode ser considerado uma construção ideológica destinada a reduzir o progresso societário ao desenvolvimento capitalista, bem como imunizar os ideais emancipacionistas da modernidade (SANTOS, 2008, p. 141).

Através da ideologia positivista, exaltadora do pragmatismo e do objetivismo científicos, é possível sustentar e justificar a criação e utilização de animais de laboratório, por exemplo, em termos de uma razão objetiva (LIMA, 2008a, p. 171).

O positivismo é a concepção de ciência cada vez mais utilizada a partir da primeira Revolução Industrial, porque a descoberta do funcionamento e da reprodução dos fatos mediante aproximação científica aumenta a eficiência do controle da natureza e amplia as possibilidades de geração de riquezas (LIMA, 2008a, p. 85). Suas abstrações foram tão eficazes na transformação da natureza e do trabalho humano, em

grande medida, por terem rompido com os julgamentos de valor (BRÜGGER, 2004, p. 141).

Nesse período, a técnica, recém-descoberta a máquina a vapor, será apresentada como instrumental da ciência, por excelência, que lhe permite levar a cabo a função de prover as emergentes necessidades de consumo (LIMA, 2008a, p. 85). A cultura ocidental tornou-se uma cultura tecnológica; a tecnologia, juntamente com a ciência, passou a ser vista como a *“solução” para todos os males que afligem a humanidade* (BRÜGGER, 2004, p. 48). O pretense objetivismo positivista é invocado pela ideologia capitalista para apresentar a ciência como capaz de suprir as necessidades criadas pelo sistema, das quais ele vive e que nunca poderá suprir, sob risco de destruir-se (LIMA, 2008a, pp. 83-84).

A ligação entre capitalismo, técnica e ciência —a apropriação da ciência pelos dois primeiros, ou ainda a apropriação do conhecimento pelo processo produtivo— manterá a natureza, de forma geral, e os animais, em particular, na condição de instrumentos dos fins humanos, enquanto o saber técnico se exterioriza como forma de poder (LIMA, 2008a, p. 62).

Foi assim que a conversão da ciência na principal força produtiva reduziu a emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental e a regulação ao princípio do mercado (SANTOS, 2005, p. 57).

A indústria cultural, responsável por veicular a ideologia burguesa no mundo industrial, ficará encarregada de criar as necessidades às quais os indivíduos deverão sujeitar-se e de propagar a associação entre progresso e dominação tecnológica, contribuindo para a falsificação das relações entre os homens e a natureza (LIMA, 2008a, pp. 67-68). As fórmulas de comportamento, a mecanização e padronização que a indústria cultural e as instituições familiar, escolar, religiosa e científica propagandearão

ajudam na sedimentação da idéia ilusória do domínio humano sobre a natureza (LIMA, 2008a, p. 73) e na alienação com respeito às forças determinantes do comportamento com relação à mesma e aos animais (LIMA, 2008a, p. 69).

A instituição científica, socialmente autorizada a falar do natural, foi especialmente útil para determinar o enraizamento dos hábitos humanos relativos à natureza e

transformar o **natural da realidade**, ou seja, aquilo que foi banalizado com a prática constante imposta por determinado paradigma sócio-cultural (modelador, por sua vez, de paradigmas científicos), em **realidade natural**, quer dizer, em uma verdade inquestionável que se confundiria com a realidade objetiva e material (LIMA, 2008a, p. 76)

Desse modo, a instituição científica pôde representar a possibilidade de concretização, legitimação e mesmo legalização de anseios da ideologia da época (LIMA, 2008a, p. 90), o que será tratado neste estudo.

A partir da segunda revolução industrial já não há pesquisa tecnológica fora do esquema de produção e, com a terceira revolução industrial, a pesquisa técnica passa a acontecer, literalmente, dentro da indústria, exemplarmente na indústria farmacêutica, que se utiliza de milhões de animais criados para testar remédios que serão empurrados aos consumidores através do que José Epifânio Regis Lima identifica, alegando basear-se nos pensadores de Frankfurt, como *um comércio fraudulento imposto pela indústria cultural* (LIMA, 2008a, pp. 84-88). A indústria mais rica do mundo

Promete o que não pode cumprir na medida em que quer garantir a manutenção da saúde com uma ênfase clara no remediar, pela fabricação de remédios em larga escala, em detrimento da prevenção. Voltando-se quase que somente para as consequências dos problemas de saúde com um grau crescente de sofisticação e raramente para as

causas desses problemas, a indústria farmacêutica mantém sua fonte de consumidores. Por outro lado, joga com o mito da saúde perfeito e do medo pantocrático [...] para garantir a salvação a seu rebanho fiel (LIMA, 2008a, p. 84).

A falsificação do relacionamento entre ser humano e natureza, ser humano e animal, expressa no paradigma antropocêntrico amadurecido graças à força das ideologias capitalista, científicista e tecnicista é tanta que, como registra Fernando Araújo, a industrialização gerou a nova categoria do *animal-oculto*, afastado de nossa vista porque, *na lógica da exploração maciça, aviltamos tanto a sua liberdade e identidade natural que o espetáculo se tornaria doloroso, obscuro* (ARAÚJO, 2003, p. 229).

No período em que a ciência tornou-se hegemônica e disseminou a dicotomia sociedade-natureza, fala-se e pensa-se sobre ela como sendo um ambiente objetivo (*sans culture*) e na cultura como um ambiente construído (*sans nature*) (BRÜGGER, 2004, p. 61). Perde-se de vista que a distinção entre natureza e cultura, supostamente uma distinção ôntica com conseqüências epistemológicas, hoje inercial, não é menos natural que cultural, com formação presidida pelos processos sociais e políticos já mencionados:

Enquanto a distinção epistemológica [cultura/natureza respectivamente como sujeito/objeto de conhecimento] se consolidou e aprofundou com o desenvolvimento tanto das ciências naturais como das ciências sociais, a distinção ôntica atenuou-se à medida que o desenvolvimento tecnológico foi transformando a natureza num artefacto planetário. Com isto, a cultura passou de um artefacto intrometido num mundo de natureza à expressão da conversão da natureza em artefacto total. Aliás, é possível argumentar que esta transformação só foi possível porque a natureza enquanto objeto de conhecimento foi sempre uma entidade cultural e que, por isso, desde sempre as ciências ditas naturais foram sociais (SANTOS, 2005, p. 85).

Assim, Boaventura de Sousa Santos conclui que *a ciência moderna, além de moderna, é também ocidental, capitalista e sexista*, não parecendo errado acrescentar-lhe os adjetivos antropocêntrica e especista (SANTOS, 2005, p. 85).

1.9 - A contribuição de Darwin

Na literatura produzida pelos defensores dos animais, a obra de Charles Darwin, **A Origem das espécies**, publicada em 1859, seria responsável pela *despromoção do estatuto privilegiado da espécie humana* e pelo colapso final da idéia de uma *supra-ordenação cósmica* e da existência de seres superiores e inferiores, já sensivelmente abalada pela separação iluminista entre ciência e teologia (ARAÚJO, 2003, p. 81).

A idéia básica do darwinismo que aqui interessa é a de que *as diferenças entre o homens e os animais são apenas de grau, e não de categoria, e que o homem, portanto, não ocupa nenhum local privilegiado na ordem da criação* (SANTANA, 2008a). Darwin insiste *na igual adaptabilidade ambiental de cada espécie, demonstrada pelo seu sucesso dentro do processo evolucionista, um processo de flutuações e acasos dentro do qual não é possível discernir uma predisposição teleológica* (ARAÚJO, 2003, p. 93). Assim sendo, de acordo com Sônia T. Felipe,

Foi com Darwin, como bem o apontam Peter Singer e outros animalistas abolicionistas, que pela primeira vez, de dentro da ciência, afirmou-se um *continuum* na natureza, não um *continuum* na configuração anatômica, mas nas emoções constitutivas da natureza de todos os animais dotados de sensibilidade. Essa perspectiva não permite a discriminação entre humanos e animais, pois estabelece que a distinção entre as características emocionais de uns e de outros não é de essência, apenas de grau, ou de aparência (FELIPE, 2007, p. 60).

A teoria evolucionista de Darwin não admite explicações distintas para uma mesma classe de fenômenos, mesmo que se manifestem em seres de espécies distintas, e baseia-se na tese de que

a consciência, comum a humanos e a várias espécies deve ser compreendida na perspectiva de sua função adaptativa. Seres que não precisam interagir para adaptar-se ao ambiente, que não precisam de liberdade para mover-se em busca dos meios de subsistência e do próprio bem-estar, podem manter-se vivos ainda que destituídos de consciência. Outros, porém, que precisam interagir com o ambiente natural e, portanto, com seus pares e concorrentes, para garantir os meios de vida e fugir das ameaças, não sobreviveriam caso fossem destituídos de consciência (FELIPE, 2008, p. 75).

Embora seja raro encontrar um cientista que não subscreva as teses básicas do darwinismo, o impacto da teoria evolucionista nos planos cultural e axiológico foi ambíguo, tendo sido por vezes tomada como demonstração da *naturalidade do espezinhamento dos interesses, do bem-estar e de alegados “direitos” de outras espécies por parte daquela espécie que soube triunfar na luta evolucionista* (ARAÚJO, 2003, p. 93), o que explica, por exemplo, a prática da vivissecção mesmo diante do fato da senciência⁶ das cobaias.

É importante, ainda, que Darwin tenha absorvido a ideologia do liberalismo e que portanto sua teoria, histórica, deve ser contextualizada com o ambiente intelectual de seu tempo, como uma teoria materialista e *intrinsecamente otimista que se adequava bem a metodologia meritocrática e individualista encorajada pelos êxitos do mercantilismo inglês, do capitalismo industrial e do imperialismo* (SANTOS, 2005, p.

⁶ *Junção de dois conceitos: sensibilidade e consciência. Diz-se de organismos vivos que não apenas apresentam reações orgânicas ou físico-químicas aos processos que afetam o seu corpo (sensibilidade), mas além dessas reações, possuem um acompanhamento no sentido em que essas reações são percebidas como estados mentais positivos ou negativos. É portanto, um indício de que existe um **eu** que vivencia e experimenta as sensações. É o que diferencia indivíduos vivos de meras coisas vivas* (CUNHA, 2008).

86). A partir de seus escritos, a seleção natural, como interpretada por teóricos sociais e políticos conservadores, pôde ser tratada enquanto história de progresso, de expansão, de invasão e colonização, quase como uma história natural do capitalismo (SANTOS, 2005, p. 86).

Cabe assinalar que um tal *darwinismo social* foi repudiado pela teoria crítica moderna, em especial por Marx e Engels, mas a dominação especista, também justificada a partir da teoria evolucionista de Darwin, não foi posta em causa (ARAÚJO, 2003, p. 94), como aliás não o foram outros tipos de opressão, como a patriarcal, por exemplo (SANTOS, 2005, p. 27).

2 - Evolução da legislação de proteção ao bem-estar animal no Brasil

2.1 - Da legislação portuguesa ao Código Civil de 1916

Depois da ocupação do Brasil pelos portugueses e do início da política mercantilista de exploração econômica dos produtos da colônia, até a entrada em vigor do Código Civil de 1916, quando, quase cem anos após a emancipação política, o Estado brasileiro organizado passou a editar suas próprias leis, vigeu, em território nacional, a legislação da metrópole, as Ordenações do Reino português –Afonsinas e Manuelinas, e mais tarde Filipinas.

As leis portuguesas, quando traziam dispositivos relacionados à proteção da integridade física dos animais, não visavam mais que os interesses de seus proprietários: *em 1791, o governador da Capitania de Goiás obteve Carta Régia ordenando o incondicional extermínio dos muars, a pretexto de favorecer criadores e negociantes de cavalos* (LEVAI, 2004, p. 26).

As peculiaridades dos momentos históricos que atravessaram a época colonial -os ciclos econômicos da cana-de-açúcar, do gado e do ouro- e as do período republicano, com a ascensão da produção de café, foram fases de imensa devastação da natureza e extermínio das espécies nativas, e mantiveram a preocupação legislativa com o destino dos animais condicionada a fatores mercantis (LEVAI, 2004, p. 26).

Danielle Rodrigues afirma que *Os Animais retirados do Brasil e introduzidos na Europa lá não se adaptaram e mostraram-se inúteis aos objetivos dos comerciantes europeus, pelo que inúmeros foram sacrificados e espécies foram extintas* (RODRIGUES, 2004, p. 47). Por outro lado, no processo de expansão das fronteiras

agrícolas européias, que representou a ocupação do território brasileiro, muitas espécies, mais conhecidas dos colonizadores, melhor dominadas por eles e que mais respondiam a seus propósitos, foram introduzidas no país (cf. SOUZA FILHO *apud* RODRIGUES, 2004, p. 47).

Sob influência da tradição romano-germânica, dos Pandecistas e do voluntarismo-individualista-patrimonialista da Escola da Exegese (cf. SANTANA, 2008a), o Código Civil de 1916 tratou da fauna no Capítulo III da Seção I, intitulado Da aquisição e perda da propriedade. Os animais, domésticos ou silvestres, eram protegidos na medida em que, pescados ou caçados, passavam a ter valor como bens de propriedade. Antes da apropriação privada, momento em que passavam a constituir bens móveis (semoventes), eram todos considerados *res nullius*, coisa de ninguém.

Art. 593. São coisas sem dono e sujeitas à apropriação:

I - os animais bravios, enquanto entregues à sua natural liberdade;

II - os mansos e domesticados que não forem assinalados, se tiverem perdido o hábito de voltar ao lugar onde costumam recolher-se, salvo a hipótese do art. 596;

III - os enxames de abelhas, anteriormente apropriados, se o dono da colmeia, a que pertenciam, os não reclamar imediatamente;

IV - as pedras, conchas e outras substâncias minerais, vegetais ou animais arrojadas às praias pelo mar, se não apresentarem sinal de domínio anterior.

Este estatuto persistiu até a promulgação da Lei de Proteção à Fauna (n.º 5.197/67), 51 anos depois, quando os dispositivos civis relacionados à ocupação, à caça e à pesca foram revogados e a fauna passou a ser considerada propriedade do Estado. No pós-guerra, fez-se sentir no Estado brasileiro a substituição do liberalismo jurídico pelo intervencionismo estatal em razão da necessidade de industrialização e atração de investimentos que, no plano jurídico, redundou na positivação de uma série de leis especiais, como as normas ambientais, que derrogaram matérias inteiras do Código Civil (cf. SANTANA, 2008a).

2.2 - Decreto-Lei n.º 24.645/34

As primeiras leis brasileiras de proteção aos animais datam do século XX (LEVAI, 2006, p. 176). Segundo Edna Cardozo Dias, a primeira legislação⁷ sobre o tema foi o Decreto-Lei n.º 24.645/34, promulgado no Governo Provisório de Getúlio Vargas (DIAS, 2008). Com força de lei⁸, o decreto estabeleceu penalidades civis e penais a trinta e uma situações de maus-tratos a animais e determinou que eles fossem assistidos pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das Sociedades Protetoras de Animais.

A importância dessas duas determinações é o fato de a norma trazer, como objeto material das proibições nele descritas, o animal individualmente considerado, não a fauna em abstrato ou o ambiente natural (LEVAI, 2004, pp. 30-31). Contudo, persistia, na consideração legal, a preferência por certos tipos de animais, ou seja, os que interessavam aos sistemas produtivos, fossem domésticos ou silvestres, o que fica claro nas repetidas alusões à criação para consumo e investigação científica, e na disposição do artigo 17 em que, para os efeitos da Lei, a palavra animal não incluiu os “daninhos”. A expressão não foi definida em Lei, mas tem evidente sentido pejorativo, indicativo da prevalência de propósitos antropocêntricos: *todo Animal que mata ou destrói algo pertencente ao homem deve ser eliminado* (RODRIGUES, 2004, p. 47). O capítulo terceiro demonstrará que essas opções legislativas são conservadoras, presas a

⁷ Em outra oportunidade, a autora referiu-se ao Decreto-Lei n.º 16.590 de 10 de setembro de 1924, que regulamentou as atividades das Casas de Diversões Públicas (DIAS, 2000, p. 155). A norma também é citada por Laerte Fernando Levai (LEVAI, 2004, p. 30), mas, por ter validade até os dias de hoje, merece maior destaque o Decreto-Lei n.º 24.645, publicado uma década depois.

⁸ Em vista do regime legal operante à época. De acordo com o Decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, que instituiu o Governo Provisório no Brasil, este exerceria, *discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país e os atos do Governo Provisório constarão de Decretos expedidos pelo chefe do mesmo governo e subscrito pelo Ministro respectivo.*

um movimento de regulamentação com fins específicos, adiante chamado de bem-estarismo legal.

Ainda sob a presidência de Getúlio Vargas, mas dessa vez durante o Estado Novo, os maus-tratos descritos no Decreto de 1934, agora denominados “crueldade” e “trabalhos excessivos”, passaram a constituir contravenção penal passível de prisão simples de até um mês, ou multa, com a publicação do decreto-lei n.º 3688/41. À nova legislação aplicam-se também os comentários feitos anteriormente a respeito da prevalência de interesses humanos. A previsão encontra-se no capítulo VII, que lista as contravenções relativas à *polícia de costumes*- e chama a atenção sobre o fato de o legislador transferir a responsabilidade de definição de crueldade, ou excessivo, ao Poder Judiciário, quando da aplicação da lei.

O decreto-lei n.º 25.645/34, assim como a Lei das Contravenções Penais, encontra-se parcialmente revogado pela Lei n.º 9.605/98, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais, em virtude da criminalização pela lei posterior de muitas das condutas ali descritas, de modo que as definições de maus-tratos não presentes na Lei n.º 9.605/98 permanecem em vigor.

2.3 - A Lei de “Proteção” à Fauna

Inúmeras leis esparsas foram editadas, a partir da década de 60, visando regulamentar a situação dos animais silvestres. No capítulo 3 será examinada, em linhas gerais, a evolução do movimento ambientalista e sua influência na elaboração legislativa brasileira.

No mesmo ano de 1967, foram publicados a Lei de Proteção à Fauna, que substituiu o antigo Código de Caça (Decreto-Lei n.º 794/1938), e um novo Código de Pesca (Decreto-Lei n.º 221/67), atividade protegida e estimulada pelo Poder Público, e que pode efetuar-se com fins comerciais, esportivos ou científicos. Os Códigos de Pesca e de Caça anteriores, acompanhando o Código Civil de 1916, tratavam a fauna como *res nullius*, algo que, embora passível de domínio, em dado momento não possuía senhor, seja pelo fato de nunca ter tido um, seja, ainda, por ter sido abandonado (FIORILLO, 2007, p. 124).

Antes da análise das leis que tratam dos animais silvestres, faz-se necessário considerar a classificação da fauna conforme a legislação infraconstitucional, que obedece a critérios técnico-naturais. A Portaria n.º 93 do IBAMA, que normatiza a importação e exportação de espécimes da fauna silvestre, subdivide-a em três categorias: silvestre brasileira, silvestre exótica e doméstica. A primeira reúne *todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do Território Brasileiro ou águas jurisdicionais brasileiras* (art. 2º, I); a fauna silvestre exótica compreende *todos aqueles animais pertencentes às espécies ou subespécies cuja distribuição geográfica não inclui o Território Brasileiro e as espécies ou subespécies introduzidas pelo homem, inclusive domésticas em estado asselvajado ou alçado. Também são consideradas exóticas as espécies ou subespécies que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em Território Brasileiro* (art. 2º, II); e quando se fala de fauna doméstica inclui-se *os animais que através de processos tradicionais e sistematizados de manejo e/ou melhoramento zootécnico tornaram-se domésticas, apresentando características*

biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, podendo apresentar fenótipo variável, diferente da espécie silvestre que os originou (art. 2º, III).

A distinção entre as faunas doméstica e silvestre é da maior importância para este estudo, já que permite à doutrina ambientalista brasileira mais conservadora e, assim, de mais forte ligação com o paradigma antropocêntrico vigente, afirmar que os animais domésticos não são tutelados pelas leis ambientais, mas sujeitos tão-somente ao regime de propriedade, porque não possuem *função ecológica* (conceito operacional que será retomado), nem correm risco de extinção (FIORILLO, 2007, p. 123).

A Lei n.º 5.197 (de Proteção à fauna), de 3 de janeiro de 1967, em seu artigo primeiro estabelece que, como categoria jurídica, a fauna é um bem público, de propriedade do Estado. Notabilizou-se, ainda mais, por ter transformado em crimes as contravenções ambientais que atingissem os animais silvestres⁹, e a caça profissional.

O novo Código de Pesca (Decreto-Lei 221/67) foi publicado um mês depois; em parte alterado pela Lei n.º 7.679/88, este diploma *impôs restrições à chamada “pesca predatória”, realizada com instrumentos proibidos [...] ou praticada no período de ‘piracema’, porque ambas podem facilmente dizimar a fauna aquática* (LEVAI, 2004, p. 31).

Está previsto, no *caput* do artigo primeiro da Lei de Proteção à Fauna, que a caça é proibida em território nacional, mas já no parágrafo primeiro fica disposto que *peculiaridades regionais* podem admitir-lhe o exercício, através de ato regulamentador do Poder Público Federal. É com base nessa disposição que o Estado do Rio Grande do Sul, sob condições estabelecidas pelo IBAMA, regulamentou a caça amadora. No dia 13 de março de 2008, porém, a 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), provocado por ação civil pública movida pela organização não-governamental

⁹ Inafiançáveis e com suas penas agravadas a partir da publicação da Lei n.º 7.653/88.

(ONG) União Pela Vida e pelo Ministério Público Federal, determinou a proibição da caça amadorista no território gaúcho, por ela ser uma prática cruel que resulta, eventualmente, em poluição ambiental¹⁰.

A Lei de Proteção à Fauna limita-se a proscrever a caça profissional, isto é, aquela em que o caçador procura auferir lucro com o produto de sua atividade, o que esclarece seu artigo segundo. Já o artigo 3º determina que *É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha*. O entendimento do legislador, que começa a ser questionado nos tribunais, é o que consta da exposição de motivos da norma: *O caçador nativo e o caçador furtivo não causam uma fração do mal por que é responsável o caçador profissional, que tudo dizima, visando ao lucro fácil* (LEVAI, 2004, p. 61).

É textual a determinação de que o Poder Público deve estimular a caça amadora, mal-entendida como esporte, e a construção e legalização de criadouros com fins econômicos e industriais:

Art. 6º O Poder Público estimulará:

- a) a formação e o funcionamento de clubes e sociedades amadoristas de caça e de tiro ao voo objetivando alcançar o espírito associativista para a prática desse esporte.
- b) a construção de criadouros destinadas à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais.

¹⁰ Veja-se a ementa do julgado: AMBIENTAL. CAÇA AMADORÍSTICA. EMBARGOS INFRINGENTES EM FACE DE ACÓRDÃO QUE, REFORMANDO A SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA COM VISTAS À VEDAÇÃO DA CAÇA AMADORISTA NO RIO GRANDE DO SUL, DEU PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES PARA JULGAR IMPROCEDENTE A ACTIO. PRÁTICA CRUEL EXPRESSAMENTE PROIBIDA PELO INCISO VII DO § 1º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO E PELO ART. 11 DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS, PROCLAMADA EM 1978 PELA ASSEMBLÉIA DA UNESCO, A QUAL OFENDE NÃO SÓ I. O SENDO COMUM, QUANDO CONTRASTADO O DIREITO À VIDA ANIMAL COM O DIREITO FUNDAMENTAL AO LAZER DO HOMEM (QUE PODE SER SUPRIDO DE MUITAS OUTRAS FORMAS) E II. OS PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E DA PRECAUÇÃO, MAS TAMBÉM APRESENTA RISCO CONCRETO DE DANO AO MEIO AMBIENTE, REPRESENTADO PELO POTENCIAL TÓXICO DO CHUMBO, METAL UTILIZADO NA MUNIÇÃO DE CAÇA. PELO PROVIMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE (Embargos infringentes em ação civil pública n.º 2004.71.00.021481-2/RS, j. em 13.03.2008. Des. Rel.: Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz).

A alínea *b* reafirma que é permitido, aos criadouros legalizados, ou seja, registrados junto ao IBAMA e regidos pelas portarias expedidas pelo órgão ambiental, o comércio de espécies silvestres e seus produtos, provenientes da caça, prevista no parágrafo primeiro do já citado artigo terceiro da lei. Ocorre que, no Brasil, só podem ser comercializadas espécimes silvestres nascidas em cativeiro e, não raramente, os criadouros comerciais envolvem-se com o tráfico desses animais (MARTINS, 2007, pp. 141-143).

A Portaria n.º 93 do IBAMA traz, em anexo, a lista dos animais classificados como domésticos, portanto os que podem ser comercializados sem o controle da autarquia: *ao lado do gato e do cachorro, animais comuns nos lares brasileiros, figuram animais como a avestruz africana, o camelo, o canário do reino ou o canário belga e o faisão-de-coleira* (MARTINS, 2007, p. 142).

Consideram-se criadouros legalizados, além dos comerciais registrados, os criadouros conservacionistas, voltados a apoiar as ações do IBAMA e de outros órgãos ambientais envolvidos na conservação das espécies, auxiliando na manutenção de animais silvestres em condições adequadas de cativeiro e dando subsídios ao desenvolvimento de estudos sobre sua biologia e reprodução (IBAMA, 2008). O *plantel* de animais selvagens provenientes deste tipo de criadouro não pode ser comercializado em hipótese nenhuma, de acordo com o artigo 5º da Portaria n.º 139-N do IBAMA. Admite-se, no máximo, a permuta de animais entre criadouros da mesma natureza, de acordo com o parágrafo primeiro do mesmo dispositivo.

Existem, por fim, dentro da lei, os criadouros científicos, normatizados pela Portaria n.º 16 do IBAMA, que atuam como subsídio de pesquisas científicas em Universidades, Centros de Pesquisa e Instituições Oficiais ou Oficializadas pelo Poder

Público. Estes criadouros tampouco podem comercializar animais silvestres. Há denúncias, entretanto, comprovando que o fazem. A ineficiência do sistema de fiscalização foi, por sua vez, objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito, a CITRAFI, encerrada em novembro de 2003 e instaurada para investigar o tráfico ilegal¹¹ de animais e plantas silvestres das fauna e flora brasileiras.

São permitidas, ainda, a *caça de controle* (art. 3º, § 2º), nomenclatura jurídica para designar a caça destinada ao reequilíbrio do ecossistema, em casos de aumento populacional de animais considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública; e a *caça de subsistência* (FIORILLO, 2007, p. 133); além da comercialização de animais com fins econômicos, e da *caça científica*, referida no artigo 14, quando os animais são utilizados em experimentos e testes com propósitos científicos ou tecnológicos.

Diante de todas essas ressalvas, a Lei de Proteção à Fauna constitui, na verdade, um dissimulado Código de Caça (LEVAI, 2004, pp. 28-29), permitindo, assim, que doutrinadores como Celso Antonio Pacheco Fiorillo afirmem que a caça é uma atividade permitida e regulamentada em nosso ordenamento jurídico e pretendam que não deva *ser extirpada, mas sim controlada, dentro de um critério de sustentabilidade* (FIORILLO, 2007, p. 131). No Capítulo 3, será examinado o caráter polissêmico da noção, em voga, de “*desenvolvimento sustentável*”.

¹¹ Ressalte-se que, ainda com relação ao comércio de animais selvagens, vigoram no Brasil as disposições da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), tratado internacional ratificado em 1975, cuja problemática implementação foi analisada com profundidade por Tiago de Souza Martins na Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Universidade de Santa Catarina (MARTINS, 2007).

2.4 - Declaração Universal dos Direitos dos Animais

Durante as assembleias da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), realizadas na Europa, em 1978, foi redigida a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, subscrita pelo Brasil em Bruxelas mas que, não tendo sido aprovada pelo Poder Legislativo brasileiro, como ordena o inciso I do artigo 49 da Constituição da República, não cumpriu as etapas do procedimento necessário à internalização dos tratados internacionais e não possui força de lei.

A Declaração foi, de mais a mais, objeto de críticas dos setores mais radicais do movimento em defesa dos animais, já que, embora conste de seu preâmbulo que todo animal possui direitos, o artigo primeiro deixa claro que não passam de direitos à existência, sem especificar se ela deve ser assegurada a cada indivíduo ou à espécie (ARAÚJO, 2003, p. 313). O diploma concede, outrossim, legitimidade a hábitos humanos que contribuem para perpetuar o aspecto utilitário do discurso ecológico tradicional (LEVAI, 2004, p. 47). Trata-se da regulamentação, (logo permitem e não condenam), por exemplo, da utilização do animal como força de trabalho (art. 7º), da vivissecção (art. 8º) e do abate (art. 9º)¹² (LEVAI, 2004, p. 47), desde que se julguem necessários (art. 3º), e “*não há definição do que seja ”necessidade”, o que [...] permite a maior amplitude de uma interpretação estritamente antropocêntrica* (ARAÚJO, 2003, p. 313).

Ou seja,

¹² Art. 1º. *Todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à existência*; Art. 3º. II- 2. *Se for necessário matar um animal, ele deve de ser morto instantaneamente, sem dor e de modo a não provocar-lhe angústia*; Art. 7º. *Todo o animal de trabalho tem direito a uma limitação razoável de duração e de intensidade de trabalho, a uma alimentação reparadora e ao repouso*. Art. 8º. I- *A experimentação animal que implique sofrimento físico ou psicológico é incompatível com os direitos do animal, quer se trate de uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer que seja a forma de experimentação*. Art. 9º. *Quando o animal é criado para alimentação, ele deve de ser alimentado, alojado, transportado e morto sem que disso resulte para ele nem ansiedade nem dor*.

o fato é que essa mesma Declaração acaba por admitir a morte de não-humanos por ‘necessidade’, impondo-se apenas a ressalva do bem-estar do animal sacrificado (art. 3º, 2), sendo que acaba por prevalecer um critério utilitarista mais vincadamente antropocêntrico (coadunando-se com o Preâmbulo, quando este estabelece o princípio kantiano dos deveres indirectos, ou seja, de que “*o respeito dos homens pelos animais está ligado ao respeito dos homens pelo seu semelhante*” (ARAÚJO, 2003, p. 313).

2.5 - Primeira Lei da Vivissecção

De acordo com Tamara Bauab Levai,

Vivissecção, segundo a definição clássica, é a operação feita em animais vivos para estudos fisiológicos (do latim *vivu*, ‘vivo’ + *seccione*, ‘seção’. Relaciona-se, portanto, à dissecação (abertura por incisão) de cobaias de laboratório, anestesiadas ou não, com o propósito de realizar estudos científicos. Em sentido amplo essa prática é apenas uma das formas da experimentação animal propriamente dita, em que os pesquisadores realizam toda sorte de procedimentos (não apenas cirúrgicos) em bichos destinados ao sacrifício (LEVAI, 2001, p. 11).

Sérgio Greif e Thales Tréz esclarecem que *o termo literalmente significa “cortar (um animal) vivo”. Mas é aplicado genericamente a qualquer forma de experimentação animal que implique intervenção com vistas a observar um fenômeno, alteração fisiológica ou estado anatômico* (GREIF; TRÉZ, 2000, p. 19).

A Lei n.º 6.638/79 (Lei da Vivissecção) foi a norma pioneira. Permitiu a vivissecção no território nacional. O texto do seu primeiro artigo é revelador quanto aos propósitos da norma: *Fica permitida, em todo o território nacional, a vivissecção de animais, nos termos desta Lei.*

A lei de apenas oito artigos garantiu aos cientistas o aval que reclamavam para continuar exercendo suas atividades e, do ponto de vista da proteção dos animais,

cujos interesses seriam preservados por suas proibições, mostrou-se, na prática, *Uma lei ineficaz, quase letra morta, tanto que não se tem notícia de jurisprudência alguma relacionada à sua aplicabilidade* (LEVAI, 2004, p. 49).

As vedações contidas nos incisos I, III e V do artigo 3º, de praticar a vivissecção sem anestesia, sem supervisão de técnico especializado e em estabelecimentos de 1º e 2º graus e locais freqüentados por menores, foram entendidas (e divulgadas) como inaplicáveis por falta da regulamentação exigida no artigo 6º (CORDEIRO, 2008, p. 7):

Art 6º - O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei, especificando:

I - o órgão competente para o registro e a expedição de autorização dos biotérios e centros de experiências e demonstrações com animais vivos;

II - as condições gerais exigíveis para o registro e o funcionamento dos biotérios;

III - órgão e autoridades competentes para a fiscalização dos biotérios e centros mencionados no inciso I.

A maneira como foi interpretada a necessidade de regulamentação da atividade dos biotérios, prevista no artigo 6º, coibiu a aplicabilidade imediata da proibição da vivissecção em centros de pesquisa e estudos irregulares (art. 3º, II), e de todos os outros procedimentos (art. 3º, I, III, IV e V) que não necessitavam complementação.

De todo modo, esta lei encontra-se revogada pela n.º Lei nº 11.794, de 2008, conhecida como Lei Arouca, que, para obedecer a cronologia dos fatos, será discutida adiante.

2.6 - As leis da década de 80 do século XX

A década de 80 também assistiu à farta produção legislativa no que respeita à proteção da fauna. A Lei n.º 6.938/81 dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e instituiu o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), cujo órgão executor é o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), criado pela Lei n.º 7.735/89.

A lei da Política Nacional do Meio Ambiente estabeleceu os conceitos de meio ambiente (art. 3º, I) e de recursos ambientais (art. 3º, V), que serão retomados no terceiro capítulo:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

[...]

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

As razões antropocêntricas da Política Nacional de Meio Ambiente brasileira ficam claras já nos objetivos gerais do artigo 2º da Lei n.º 6.938/81, que declara voltados para a *preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana*, especificados no artigo 4º¹³, e seus princípios (art. 2º)¹⁴.

¹³ Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará: I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo

Em seguida, foram promulgadas as Leis n.º 7.173, de 14 de dezembro de 1983, que dispôs sobre o estabelecimento e funcionamento de Jardins Zoológicos, guardiães de animais silvestres com finalidades sócio-culturais (recreativas) e científicas, e a que disciplinou a Ação Civil Pública (n.º 7.347), de 24 de julho de 1985, que, sem prejuízo da ação popular contra ato de autoridade lesivo ao meio ambiente, nele incluído a fauna, pode ser proposta pelo Ministério Público, pelos órgãos ambientais e pelas entidades de defesa do meio ambiente para responsabilização por danos causados ao meio ambiente entre outros, tendo como objeto a condenação em dinheiro ou a obrigação de fazer ou não fazer.

Antes da promulgação da Constituição da República foi publicada, ainda, a Lei de Proteção à Baleia (Lei n.º 7.643/87), destinada a coibir a pesca e o molestamento intencional de cetáceos, mamíferos marinhos, nas águas jurisdicionais brasileiras, definidos como crimes puníveis com 2 a 5 anos de reclusão, e multa.

de recursos ambientais; IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais; V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico; VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida; VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

¹⁴ Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento) IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

2.6.1- Constituição da República de 1988

A Constituição da República de 1988 foi a primeira constituição brasileira a dedicar um capítulo específico ao meio ambiente. Tido como fundamento jurídico da proteção aos animais no Brasil desde então, o artigo 225 da lei fundamental dispõe:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Segundo Edna Cardozo dias, *logo que foi empossada a Assembléia Constituinte o movimento de proteção animal se mobilizou em torno da inclusão da proteção animal na Constituição Federal* e a articulação dos segmentos interessados em participar da redação do artigo 225 -lembradas a Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal (LPCA), fundada em 1983, em Minas Gerais, e à época presidida pela autora, e a União dos Defensores da Terra (OIKOS) e a Associação Protetora dos Animais São Francisco de Assis (APASFA), de São Paulo-, coube ao Deputado Federal Fábio Feldman, ex-presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SP (DIAS, 2008).

O texto foi incorporado, quase literalmente, à maioria das Constituições Estaduais, e em Santa Catarina foi incluído no artigo 181 e no inciso III do artigo 182. A Constituição desse Estado acrescentou que ainda lhe incumbe *proteger os animais domésticos, relacionados historicamente com o homem, que sofram as conseqüências do urbanismo e da modernidade*.

Não é possível distinguir, na redação do artigo 225, entre animais domésticos e selvagens, mas a vinculação do conceito de meio ambiente às expressões *bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida* suscitou a revisão da natureza jurídica da fauna e, com ela, a definição dos objetos da proteção prevista pela norma, se estes ou aqueles. À questão respondeu-se em termos do próprio dispositivo, como *função ecológica, ameaça de extinção e crueldade*, cujo conteúdo o Constituinte deixou, contudo, em aberto.

2.6.2- Natureza jurídica da fauna

Se até a publicação da Lei de Proteção da Fauna, em 1967, o direito brasileiro considerava os animais unicamente bens particulares ou sujeitos à apropriação, e a partir de então os animais selvagens passaram a ser reconhecidos como bens públicos, continuando os domésticos sujeitos ao regime do direito de propriedade, desde que a Constituição da República falou em *bens de uso comum do povo, essenciais à sadia qualidade de vida*, houve quem entendesse que todas essas caracterizações acabaram superadas (MARTINS, 2007, pp. 146-147) ou ao menos que todos eles, domésticos ou silvestres, deveriam ser considerados bens do Estado e, portanto, sujeitos a regime excepcional (DIAS, 2000, p. 103). Para esses autores, o artigo 225 da Constituição da República, ao tratar de bens *de uso comum do povo* e, simultaneamente, *essenciais à sadia qualidade de vida*, estruturou uma terceira categoria de bens; o bem ambiental, somatório desses dois aspectos (FIORILLO, 2007, p. 63), ao lado aos bens particulares¹⁵ e públicos¹⁶.

¹⁵ *Bem particular: 1. É o pertencente a pessoa natural ou a pessoa jurídica de direito privado.* (DINIZ, 2005, p. 473).

José Rubens Morato Leite vê, no meio ambiente, uma vez que a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente não apontou os elementos corpóreos que o compõem,

um macrobem, que além de um bem incorpóreo e imaterial se configura como um bem de uso comum do povo. Isso significa que o proprietário, seja público ou particular, não poderá dispor da qualidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado, devido à previsão constitucional, considerando-o macrobem de todos [...]. Essencial à sadia qualidade de vida e, portanto, um bem pertencente à coletividade [...], o bem ambiental (macrobem) é um bem de interesse público, afeto à coletividade (LEITE, 2000, p. 85-87).

O autor ressalva que a concepção de um (macro) bem ambiental de interesse público e desfrute comunitário não obsta o reconhecimento da existência de um microbem ambiental, ou seja, dos elementos que compõem o meio ambiente, a exemplo dos animais, florestas e rios, e que podem ter o regime de sua propriedade variado, ou seja, público ou privado, no que concerne à titularidade dominial (LEITE, 2000, p. 89).

A superação da dicotomia público/privado foi confirmada, em nível infraconstitucional, com o surgimento da Lei n.º 8.078/90, popularizada como Código de Defesa do Consumidor, que, respondendo às emergentes necessidades das sociedades de massa (FIORILLO, 2007, p. 61), entre as quais o meio ambiente ecologicamente equilibrado, que inclui a fauna, inspirado na Constituição, trouxe a definição de bens difusos, no inciso I do artigo 81: *os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.*

Entende-se que o Código de Consumidor tenha revogado a regra do artigo 66, I, do Código Civil de 1916, que incluía os bens de uso comum do povo na categoria

¹⁶ Bem público: É o que tem por titular do seu domínio uma pessoa jurídica de direito público interno, podendo ser federal, se pertencente à União, estadual, se do Estado, ou municipal, se do Município (DINIZ, 2005, p. 473).

de bens públicos, e não difusos, e que as normas constitucionais que dispõem que alguns dos bens ambientais pertencem à União ou outros entes públicos querem dizer, simplesmente, que estes são seus administradores, não lhes sendo atribuída a titularidade (cf. BECHARA *apud* MARTINS, 2007, p. 148; FIORILLO, 2007, p. 69).

Contudo, mesmo que a Constituição da República tenha permitido a caracterização da fauna como bem ambiental, no estatuto dos animais para a Ciência Jurídica ela não deixa de ser o de objeto de direito, de modo que parece precipitado afastar do direito ambiental constitucional a visão antropocêntrica e admitir que os animais também sejam destinatários das normas ambientais, estendendo o alcance do termo *todos*, da redação do *caput* artigo 225, *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado*, a tal ponto que não se coaduna com o contexto em que foi promulgada a Constituição e as características e finalidades das normas de proteção aos animais, melhor analisadas no próximo capítulo.

É fundamento da República Federativa do Brasil, de acordo com o primeiro artigo da Constituição, a dignidade da pessoa *humana*, que é quem se quer proteger quando invocado o caráter essencial da sadia qualidade de vida, próprio do bem ambiental. Do contrário, não estariam presentes no texto constitucional artigos que remetem especialmente à caça e à pesca, por exemplo (art. 24, IV), e a possibilidade de regulamentação, por lei, das vedações gerais às práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

De fato, a Constituição da República arrasta várias interpretações sobre o termo fauna, permitindo a divergência doutrinária (RODRIGUES, 2004, p. 67) e Celso Antonio Pacheco Fiorillo afirma que *enquanto a fauna e a flora possuírem função*

ecológica elas serão consideradas bens ambientais, e por conseguinte, difusos (2007, p. 125) e entende que

é a função ecológica o elemento determinante para a caracterização da fauna como bem de natureza difusa [e] a *contrario sensu*, isso implica dizer que nem toda fauna tem tais características e que somente as que não as possuem é que são objeto de apropriação. Desse modo, quando ela não preencher os requisitos de ser essencial à qualidade de vida e bem de uso comum do povo, não consistirá em bem difuso, estando sujeita ao regime de propriedade do código civil. Exemplo disso é a fauna doméstica (FIORILLO, 2007, p. 126).

Cabe aqui a incisiva crítica de Tiago de Souza Martins ao ambientalista:

é uma posição cínica defender que a fauna doméstica não é um bem difuso [tido como essencial à sadia qualidade de vida] e ao mesmo tempo defender sua finalidade científica, aceitando que uma grande quantidade de animais domésticos seja utilizada constantemente para a prática de experimentos, testes em laboratórios, etc., justificando essa prática com base no benefício postulado que os produtos testados nesses animais (como os medicamentos, por exemplo) trariam a toda coletividade (MARTINS, 2007, p. 149).

Dados os limites desse estudo, não é possível examinar as contradições éticas de cada um dos muitos modos de utilização dos animais, mas pretende-se chamar a atenção, através da análise normativa, para o fato de que sua proteção depende dos interesses humanos.

2.7 - Lei n.º 9.605/98

O parágrafo terceiro do artigo 225 da Constituição da República previu que *as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados*. O mandamento foi

regulamentado pela Lei n.º 9.605/98, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais. O capítulo quinto tratou dos crimes contra o ambiente; sua seção primeira tipificou nove crimes contra a fauna, dos artigos 29 ao 37.

A Lei n.º 9.065/98 prevê crimes dolosos e culposos, comissivos e omissivos, a co-autoria e a participação, além da responsabilidade penal da pessoa jurídica. A maioria das condutas definidas como crime (arts. 29, 31, 33, e 34) reflete a relevância dada ao assunto em outros países que adotaram instrumentos legais semelhantes: a proibição da captura, detenção e abate intencionais de espécies selvagens e, por extensão, a perturbação do respectivo hábitat, especialmente os locais de repouso e reprodução, e o comércio de animais ou de produtos obtidos a partir dos animais, sem autorização ou em desacordo com a obtida da autoridade competente (ARAÚJO, 2003, p. 270). A última ressalva *Deixa implícito o legislador que o crime não se caracterizará na hipótese de o agente possuir o aval da autoridade pública*, o que efetivamente ocorre, por exemplo, nas regiões gaúchas em que a caça amadora é permitida (LEVAI, 2004, p. 37).

As penas são, em geral, de detenção de no máximo 3 anos e multa, aumentadas se a espécie é rara ou ameaçada de extinção (art. 29, § 4º, I), entre outros. Os únicos crimes puníveis com reclusão são os do artigo 30, *exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente*, de até 3 anos, além da multa, e do artigo 35, *pescar mediante a utilização de: I - explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante; II - substâncias tóxicas, ou outro meio proibido pela autoridade competente*, de até cinco anos.

Como se vê, a proibição de exportar couros não menciona os mamíferos, cuja pele é amplamente usada pela indústria da moda, nem proíbe a comercialização

interna (no país) dos répteis e anfíbios. Além disso, se a exportação de peles e couros não autorizada não for de répteis e de anfíbios, será aplicada a regra do artigo 29, § 1º, III, que pune a comercialização de animais selvagens e produtos deles oriundos, provenientes de criadouros não legalizados, com penas mais brandas (MARTINS, 2007, p. 158).

O artigo 32, comemorado por muitos defensores dos animais, e inspirado no artigo 225 da Constituição, que coíbe a crueldade contra animais (LEVAI, 2004, p. 32), transformou em crime a vedação de maus-tratos prevista no Decreto-Lei n.º 24.645/34, já requalificada como contravenção pela Lei n.º 3.688/41, e que tem a seguinte redação:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

A previsão foi considerada bem-vinda porque, antes da Lei dos Crimes Ambientais, a crueldade contra os animais domésticos, que não é contemplada pela Lei de Proteção à Fauna, não era considerada crime, mas contravenção penal, punível com multas irrisórias. Com o mandamento do artigo 225 da Constituição a situação foi revista. Optou-se por criminalizar a conduta daqueles que atentam contra a fauna, seja ela silvestre, doméstica ou domesticada, nativa ou exótica (LEVAI, 2004, p. 35).

Há os que afirmam, até, que tendo o referido artigo equiparado a vivissecção aos maus-tratos, quando existem métodos alternativos (parágrafo 1º), ao menos no plano teórico, proibiu a vivissecção no Brasil, *partindo do pressuposto de que sempre existem alternativas, já que isto depende unicamente da capacidade do cientista* (GREIF; TRÉZ, 2000, p. 137). O problema enfrentado, na realidade, é o da fiscalização

das instituições que realizam o uso científico dos animais. Além disso, a necessidade de regulamentação do artigo 32 é sempre invocada, para sugerir os métodos passíveis de substituir o uso dos animais de laboratórios. Conforme concluiu Martins em seu trabalho de conclusão de curso, já existem mais de 500 métodos substitutivos à disposição dos cientistas, a quem cabe o ônus de provar, no seu caso específico, a necessidade do procedimento (2004, pp. 92-95).

Pode-se afirmar que a criminalização dos maus-tratos contra animais, independentemente de sua classificação técnico-natural, deveu-se, em grande medida, ao empenho do terceiro setor (DIAS, 2008), e não pode ser inteiramente desqualificada como estratégia (opção) de luta do movimento em defesa dos animais. Há, porém, que considerar as penas cominadas aos infratores dos crimes contra a fauna –exceto os de contrabando de peles e couros de anfíbios e répteis e pesca com explosivos ou substâncias tóxicas e os cometidos contra espécie em extinção– insignificantes e que, por não excederem dois anos, os crimes que punem, inclusive o comércio dos selvagens, são considerados de menor potencial ofensivo (art. 61 da Lei n.º 9.099/95), e conseqüentemente, passíveis dos benefícios da Lei dos Juizados Especiais Criminais: multa, pena restritiva de direitos ou suspensão condicional do processo (LEVAI, 2004, p. 36).

A última observação diz respeito ao artigo 37, que determina:

Art. 37. Não é crime o abate de animal, quando realizado:

I - em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família;

II - para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente;

[...]

IV - por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.

A exceção do inciso I é desnecessária, porque o Código Penal já exclui a ilicitude dos crimes cometidos em estado de necessidade (art. 24), *de modo que referido dispositivo ambiental criou um perigoso precedente em favor dos caçadores* (LEVAI, 2004, p. 42). E apesar de não previsto nas exceções do artigo, o abate industrial de animais tem o beneplácito das instituições públicas, ainda que não seja aceitável que a alimentação carnívora se enquadre num extremo de necessidade a ponto de justificá-la como *um bem [que] possa alicerçar-se pacificamente no sacrifício permanente de bens alheios* (ARAÚJO, 2003, p. 111).

O inciso II também prevê a autorização do extermínio de animais para proteger áreas específicas de interesse econômico e, no inciso III, o animal *daninho* da Lei das Contravenções Penais recebe o estigma de *nocivo*, injustificável biológica, ética e mesmo legalmente, já que contraria a educação ambiental, diretriz da Política Nacional do Meio Ambiente (artigo 2º da Lei n.º 6.938/81). Assim sendo, também pode ser abatido segundo juízo de conveniência do Poder Público, ou seja: o subjetivismo de conceitos jurídicos como *necessidade* e *nocividade* acaba por tornar-se salvo-conduto para a matança institucionalizada de animais (LEVAI, 2004, p. 42).

2.8 - Código Civil de 2002

Apesar de o artigo 593 do Código Civil de 1916, que incluía os animais silvestres ou domésticos na categoria de *res nullius*, não ter correspondência no Código Civil de 2002 (o que a publicação da Lei de Proteção à Fauna tornou inviável), o artigo 99, I, do novo diploma, posicionou, novamente, os bens de uso comum do povo entre os bens públicos (art. 99, I). Entende-se, contudo, que essa disposição é inaplicável em

face das disposições do Código de Defesa do Consumidor, que, como já referido, caracteriza o bem ambiental (logo a fauna) como bem difuso.

Ainda assim, por interpretação sistemática dos artigos 82, 936, 1263, 1442 e 1447¹⁷, não há como negar que o tratamento conferido à fauna, pelo Direito Privado, o que é previsível, apóia o instituto da propriedade dos animais domésticos, considerados coisas ou semoventes disponíveis (RODRIGUES, 2004, p. 97).

2.9 - Lei n.º 11.794/2008

No dia 9 de outubro de 2008 foi publicada no Diário Oficial da União, a Lei n.º 11.794, a ser regulamentada em 180 dias, depois de treze anos de tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei n.º 1.153/95, de autoria do ex-deputado federal e ex-presidente da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), Sérgio Arouca, morto em 2003. A norma estabelece procedimentos para o uso científico de animais e revoga a Lei nº 6.638/79.

A necessidade de agilizar a aprovação de uma lei federal que regulamentasse a experimentação animal foi fruto da mobilização do meio científico, em especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em conjunto com a Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE) e outras sociedades científicas federadas, depois da publicação de uma série de leis proibindo o uso de cobaias em pesquisas científicas em municípios brasileiros com importantes

¹⁷ Art. 936. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior; Art. 1.263. Quem se assenhorear de coisa sem dono para logo lhe adquire a propriedade, não sendo essa ocupação defesa por lei; Art. 1.442. Podem ser objeto de penhor: [...]V - animais do serviço ordinário de estabelecimento agrícola; Art. 1.447. Podem ser objeto de penhor máquinas, aparelhos, materiais, instrumentos, instalados e em funcionamento, com os acessórios ou sem eles; animais, utilizados na indústria; sal e bens destinados à exploração das salinas; produtos de suinocultura, animais destinados à industrialização de carnes e derivados; matérias-primas e produtos industrializados.

laboratórios e centros de pesquisa, como Rio de Janeiro, Florianópolis e São Paulo. A força da comunidade científica¹⁸ é inegável, já que o projeto seguiu a passos lentos durante um período de 12 anos, mas, com a retomada da iniciativa da comunidade científica, em três meses passou pelas comissões de Ciência e Tecnologia, de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça do Senado Federal, até ser aprovada em plenário.

A lei estabelece critérios para a criação, a manutenção e a utilização de vertebrados (art. 3º, I e II) em instituições de ensino e pesquisa, e, do ponto de vista dos que são imediatamente atingidos por suas previsões, os animais, não avança em relação à já criticável Lei da Vivissecção, de 1979. Ao contrário, às vezes representa retrocesso.

No parágrafo único do artigo 3º são descritas as situações que não constituem experimento e portanto não são regidas pela Lei:

- I – a profilaxia e o tratamento veterinário do animal que deles necessite;
- II – o anilhamento, a tatuagem, a marcação ou a aplicação de outro método com finalidade de identificação do animal, desde que cause apenas dor ou aflição momentânea ou dano passageiro;
- III – as intervenções não-experimentais relacionadas às práticas agropecuárias (art. 3º, parágrafo único).

O inciso IV, também do artigo 3º, define a morte por meios humanitários como a *de um animal em condições que envolvam, segundo as espécies, um mínimo de sofrimento físico ou mental* e determina a utilização, também humanitária, de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica (art. 5º, I). Não foram repetidas as vedações à vivissecção sem o emprego de anestesia e sem a supervisão de técnico especializado, presentes no art. 3º da Lei de 1979, que, ademais, não eram respeitadas.

¹⁸ O Brasil forma 10 mil doutores por ano e chegou à 15ª colocação no ranking internacional de publicações científicas indexadas (CORDEIRO, 2008, p. 7).

É permitida, ainda, a utilização de animais em atividades educacionais nos estabelecimentos de educação técnica profissional de nível médio da área biomédica (art. 1º, § 1º, II), freqüentados por menores, o que a lei revogada proibia (art. 3º, V).

A Lei criou o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (CONCEA), ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, apresentado pelos meios de comunicação como uma de suas peças-chave. Entre as competências do órgão, descritas no artigo 5º da Lei Arouca, destacam-se sete:

- I – formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica;
- II – credenciar instituições para criação ou utilização de animais em ensino e pesquisa científica;
- III – monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa;
- IV – estabelecer e rever, periodicamente, as normas para uso e cuidados com animais para ensino e pesquisa, em consonância com as convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário;
- V – estabelecer e rever, periodicamente, normas técnicas para instalação e funcionamento de centros de criação, de biotérios e de laboratórios de experimentação animal, bem como sobre as condições de trabalho em tais instalações;
- VI – estabelecer e rever, periodicamente, normas para credenciamento de instituições que criem ou utilizem animais para ensino e pesquisa;
- VII – manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados ou em andamento no País, assim como dos pesquisadores, a partir de informações remetidas pelas Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUAs, de que trata o art. 8º desta Lei

A composição do CONCEA anuncia que pouca mudança é possível em termos de fiscalização das normas protetivas dos animais: são doze entidades direta ou indiretamente interessadas na legitimação da experimentação, notadamente a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Federação das Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE), o Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (COBEA) e a Federação Nacional da Indústria Farmacêutica, contra dois representantes das sociedades protetoras de animais legalmente estabelecidas no País (art. 7º, I e II). Nas decisões, o voto de qualidade é do

Ministro de Estado da Ciência e da Tecnologia (art. 7º, § 2º). Esse quadro anuncia o fato de que as escolhas públicas –os legisladores, governantes ou reguladores a quem cabe a tarefa de zelar pelas prescrições legais relativas aos animais- não escapam da pressão da comunidade científica (ARAÚJO, 2003, p. 210), problema a ser tratado no Capítulo 3.

As instituições voltadas para a criação ou utilização de animais em ensino e pesquisa científica deverão estar credenciadas no CONCEA e, para tanto, estarão obrigadas a criar Comissões de Ética no Uso de Animais, apresentadas como *células mater* do sistema da Lei Arouca (CORDEIRO, 2008, p. 7). Essas comissões já existem na maioria das instituições de pesquisa e universidades brasileiras, entre as quais a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), e devem ser compostas por biólogos, veterinários, docentes e pesquisadores na área específica, ligados à atividade científica e interessados na continuação de suas atividades (art. 9º, I e II), e apenas um representante de sociedades protetoras de animais legalmente estabelecidas no País (art. 9º, III). Das competências das CEUAs, enumeradas no artigo 10, destacam-se:

I – cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto nesta Lei e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para ensino e pesquisa, especialmente nas resoluções do CONCEA;

II – examinar previamente os procedimentos de ensino e pesquisa a serem realizados na instituição à qual esteja vinculada, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável;

III – manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados, ou em andamento, na instituição, enviando cópia ao CONCEA;

IV – manter cadastro dos pesquisadores que realizem procedimentos de ensino e pesquisa, enviando cópia ao CONCEA;

V – expedir, no âmbito de suas atribuições, certificados que se fizerem necessários perante órgãos de financiamento de pesquisa, periódicos científicos ou outros;

[...]

§ 3º Das decisões proferidas pelas CEUAs cabe recurso, sem efeito suspensivo, ao CONCEA.

§ 4º Os membros das CEUAs responderão pelos prejuízos que, por dolo, causarem às pesquisas em andamento.

§ 5º Os membros das CEUAs estão obrigados a resguardar o segredo industrial, sob pena de responsabilidade.

Durante a 60ª Reunião Anual da SBPC, em 2008, pouco antes do anúncio da aprovação da Lei Arouca, ocorreu o primeiro fórum brasileiro das comissões de ética em experimentação animal, com vistas à criação de uma linguagem comum (MARKUS, 2008, p. 7). Nada indica que, com a publicação da Lei n.º 11.794/2008, as CEUAs perderão (tudo indica que, ao contrário, fortalecerão) suas linhas de conduta primordiais, analisadas por Sérgio Greif e Thales Tréz:

na prática, e principalmente no Brasil, os comitês têm como principal função fornecer certificados que sirvam de aval para que cientistas publiquem seus trabalhos em periódicos que exijam aprovação. O aval é fornecido –e aqui novamente vale enfatizar a experiência brasileira – seja qual for o refinamento de técnica empregado na pesquisa (GREIF; TRÉZ, 2000, p. 131).

No segundo trimestre desse ano, antes da aprovação da Lei Arouca, era anunciada e assumida, na Revista da SBPC, a tentativa de legitimação da lei em final de tramitação:

a associação do *saber científico* com a implementação dos métodos humanitários levará a conclusões relativamente consensuais, finalizando ou minimizando o desgaste imposto pelo dilema da polarização. Ao aceitarmos a obtenção do *saber científico* + métodos humanitários como critério objetivo, desconstruiremos antigas convicções sobre o uso dos animais na experimentação e optamos pelo homem (LIMA, 2008b, p. 27).

Os vivissectores, advogando em causa própria, justificam-se afirmando, de um modo geral, que a sociedade não é capaz de *abrir mão do uso de animais em pesquisa com o risco* [sic] *de bloquear o avanço do conhecimento biológico, testes e desenvolvimento de novos medicamentos, vacinas e métodos cirúrgicos* (MORALES, 2008, p. 33). No Capítulo 3 essas posições serão contestadas, a fim de nomear os reais beneficiários de leis como esta, regulamentadoras de práticas especistas.

2.10 - Outras leis e a competência concorrente para legislar sobre a fauna

Existem, em âmbito federal, duas leis para disciplinar e legitimar (LEVAI, 2004, p. 58) a atividade dos rodeios: a Lei n.º 10.220/2001, que atribuiu ao peão de rodeio a condição de atleta profissional, que desenvolve sua atividade, remunerada, através de provas de laço e de montaria (art. 1º), e a Lei n.º 10.519/02, que estabelece normas de defesa sanitária animal. Nas esferas estadual e municipal, há também, uma série de normas visando regulamentar atividades que envolvam seu uso, dado que a competência para legislar sobre a fauna, nos termos da Constituição da República (art. 24, VI c/c art. 30) é concorrente e pode ser desenvolvida livremente desde que não suscite conflito com normas gerais expedidas pela União. Há leis em São Paulo, como no Rio Grande do Sul e no Ceará, que tratam do *Abate Humanitário* (DIAS, 2008). Com características notadamente ligadas ao paradigma vigente, não discutem a criação industrial. Como observa o paulista Laerte Fernando Levai,

a lei estadual paulista nº 7.705/92, a pretexto de substituir o abate cruel pelo abate humanitário, erigiu seu discurso macabro em prol dos estabelecimentos que exploram – em ritmo alucinante – a indústria da carne, reduzindo os animais a simples produtos econômicos. Expressões como ‘métodos científicos de insensibilização’, ‘percussão mecânica’, ‘choque elétrico’, ‘tanque de escaldagem’, ‘corredor de abate’ e ‘animais de consumo’ confessam a própria torpeza dessa lei [que] compactua com a matança de animais e, mais grave ainda, a estimula, desde que observadas as normas técnicas e sanitárias que regem o assunto. Para piorar, a Lei nº 10.470/99, no Estado de São Paulo, excepcionou os animais destinados ao abate religioso (leia-se jugulação cruenta) da necessidade de insensibilização prévia (LEVAI, 2004, p. 51).

No que respeita aos animais de companhia, a tendência legislativa é a do regramento da posse responsável e das atividades dos Centros de Controle de

Zoonoses¹⁹, com o intuito de coordenar políticas públicas para conter a superpopulação de animais errantes, abandonados, em sua maioria, pela população das comunidades carentes. Estes Centros gastam altas somas de recursos para sacrificar cães e gatos, muitas vezes saudáveis, conforme inúmeras denúncias em muitas das grandes cidades do país.

Luciano Rocha Santana informa que, só na cidade de Salvador, o número de cães (abandonados) que circulam soltos pelas ruas e podem transmitir doenças (zoonoses) chega a 30.000 e cresce nos períodos do Natal e das férias escolares. O autor estima que *os CCZs deveriam fiscalizar e garantir a saúde e o bem-estar dos animais, e estimular a fiel aplicação dos preceitos constitucionais e legais que preconizam a posse responsável* (SANTANA, 2008b), como o Decreto-Lei n.º 24.645/34 e a Lei dos Crimes Ambientais, que vedam os maus-tratos, e propõe medidas, cabíveis para o controle da população de animais de companhia expostos ao abandono:

a) a afirmação do direito à vida dos animais, com a proibição de morte daqueles que não estejam em fase de doença terminal que lhes imponha desnecessários sofrimentos ou de comprovada periculosidade (eutanásia humanitária); b) proibição de eutanásia de animais através de qualquer meio que lhes possa causar demora ou sofrimento; c) implantação de campanhas periódicas, informando a população a respeito da necessidade da posse responsável de animais, da adoção, de vacinação periódica e controle de zoonoses através de castração; d) implantação de serviço de identificação e registro de animais; e) implementação de programas de adoção; e) higienização de ambientes, celas e veículos dos CCZ; f) treinamento de todos os funcionários do CCZ, de forma didática, para que adquiram técnica e conhecimento adequado ao exercício de suas funções, de modo a evitar a prática de crimes de maus tratos e prevenir a ocorrência de sofrimento (SANTANA, 2008b).

Santana também esclarece que o 8º Informe Técnico da OMS (Organização Mundial de Saúde) aponta que o método mais eficaz de domínio das zoonoses e

¹⁹ Veja-se a Lei n.º 9.945, de 27 de janeiro de 2006, do município de Porto Alegre.

controle da reprodução dos animais é a esterilização, e não a captura e eliminação sistemática praticados pelos CCZs espalhados pelo país (SANTANA, 2008b).

Mais recente é o movimento em favor da aprovação do substitutivo do Projeto de Lei n.º 7.291/2006, contra a exibição de animais em circos, exasperada depois da ampla divulgação, nos meios de comunicação, da morte de uma criança de 6 anos de idade por leões do Circo Vostok, em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, em abril de 2000 (GUIBU, 2000). No acidente, quatro leões foram mortos para impedir que o corpo do menino fosse totalmente dilacerado e um quinto acabou levado para um zoológico. A necrópsia procedida nos leões constatou que os animais estavam sem receber alimentos há vários dias, e a perícia realizada no circo comprovou falhas graves de segurança. Depois do acidente, o Estado de Pernambuco publicou lei restritiva à utilização de animais pelos circos e, em seguida, os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraíba, assim como mais de quarenta Municípios, discutiram o assunto.

Diante da dificuldade de fiscalização pelos órgãos responsáveis, ficou comprovada a necessidade de regulamentação federal sobre o uso e a manutenção dos animais sujeitos a esse tipo de utilização. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) só pode atuar em caso de denúncia de maus-tratos, e falta-lhe base legal até mesmo para editar instruções normativas relativas a espetáculos com animais selvagens (GUIBU, 2000).

O Projeto da Lei do Circo foi apresentado, originalmente, pelo Senador Álvaro Dias (PSDB/PR), aprovado no Senado e encaminhado à Câmara de Deputados para revisão. Foi-lhe anexado o Projeto de Lei n.º 2.875/2000, do Deputado Paulo Lima, que alterava o artigo 132 do Código Penal para proibir a manutenção e a exibição de animais perigosos em circos. O Projeto da Câmara já tinha quinze outros apensados,

treze dos quais proibindo a utilização de animais em circos e espetáculos artísticos. Procedeu-se prevendo modificação de dispositivos do Código Penal, da Lei de Proteção à Fauna, ou ainda anexando documento legal específico. Apenas dois deles não optaram pela proibição, admitindo a apresentação de animais desde que atendidas determinadas condições de segurança, ou seja, a atividade passaria a ser regulamentada sem ser questionada. Os projetos, sujeitos à apreciação do Plenário já passaram pela análise de mérito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Educação e Cultura, e devem ser apreciados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, à qual cabe verificar a constitucionalidade e a juridicidade da matéria, para então voltarem ao Senado para a votação final.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou, por unanimidade, o projeto do Senado na forma do Substitutivo subscrito pelo Deputado Jorge Pinheiro, cujo texto prevê a proibição do uso de animais, sem exceção, em espetáculos circenses, mantendo os artigos referentes ao registro dos circos junto ao Ministério da Cultura: *Art. 1º Esta Lei institui o registro de circos junto ao Poder Público Federal e dispõe sobre o uso de animais em espetáculos circenses* (COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSNTENTÁVEL, 2008).

Por outro lado, a Comissão de Educação e Cultura manifestou-se pela aprovação de substitutivo de autoria do Deputado Antônio Carlos Biffi, mais restritivo, cujo artigo primeiro estende os efeitos da lei aos animais da fauna silvestre, brasileira ou exótica, muito embora, em seu artigo 3º (6º do substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente), preveja que *Fica proibida a utilização de animais de quaisquer espécies, exceto os humanos, em circos e espetáculos congêneres* (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2008).

Ocorre que, nos circos brasileiros, a utilização dos espécimes da fauna silvestre brasileira já se acha proibida pela Lei de Proteção à Fauna, de modo que os animais usados nas apresentações são domésticos ou da fauna silvestre exótica, razão pela qual setores ligados ao movimento em defesa de animais que têm participado das discussões recusam deixar os domésticos fora do âmbito de proteção da Lei do Circo. Os projetos excluem expressamente, do alcance da lei, os concursos, competições e exibições de raças domésticas promovidos por associações de criadores, bem como os animais domésticos de estimação, desde que não sejam submetidos a práticas de maus-tratos previstas em Lei específica, outras formas de exploração que precisam ser discutidas pela sociedade civil.

Os substitutivos não são dissonantes, no entanto, ao proibir, por exemplo, o ingresso no País de circos e espetáculos estrangeiros que possuam animais para exibição pública ou privada; a reprodução dos animais mantidos nas dependências dos circos; e estabelecer prazos para que os animais atualmente mantidos em circos brasileiros encontrem outro destino. A última previsão revela-se problemática, já que a lei determina que os animais sejam encaminhados a zoológicos ou mantenedores da fauna exótica, inadequados para proporcionar aos animais silvestres suas naturais condições de existência. O IBAMA estima, desde já, que 140 felinos serão abandonados pelos circos por falta de abrigo (IBAMA, 2008).

A Audiência Pública agendada para a discussão do Projeto da Lei do Circo, no Congresso Nacional, para o dia 10 de julho de 2008, foi adiada para o dia 21 de agosto, adiada novamente para o dia 4 de novembro, e finalmente suspensa, sem data prevista de realização, que se avalia que ainda não deva ocorrer em 2009. Embora já tenha sido divulgado que os animais de circo sofrem uma vida inteira de maus-tratos, e insistido em que a sua manutenção expõe a população a riscos e que eles podem

transmitir doenças, há interesses em jogo. A presença de animais em circos não raramente se acompanha do tráfico de animais selvagens, prática altamente lucrativa (WASP, 2008).

No dia 4 de novembro de 2008, em decisão inédita, nos autos de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado da Bahia e por associação de proteção ambiental de São Paulo, deferiu, liminarmente, pedido de proibição do Circo Estoril, réu, de exhibir animais em seus espetáculos, e fixou multa de R\$ 50.000,00 para o caso de descumprimento da obrigação (SOS ANIMAIS & CIA, 2008).

Registre-se, por fim, que existiu, também, como lembra Edna Cardozo Dias, um movimento para que os Estados aprovassem Códigos de Proteção aos Animais (DIAS). O Estado de Santa Catarina, por sua vez, publicou o seu na forma da Lei n.º 12.854/2003, pouco divulgada e exigida, e que, no mais, repete o que já é regrado por normas gerais.

3 - As leis de proteção aos animais em perspectiva

3.1- Considerações sobre o contexto da elaboração das leis brasileiras: o ambientalismo no Brasil

A valoração das atuais leis brasileiras de proteção aos animais pressupõe o resgate, ainda que aproximado, dos objetivos que moveram a introdução da temática ambiental no país, uma vez que os animais são protegidos, aqui, sob a nomenclatura abstrata de fauna, que, conforme o ordenamento jurídico nacional, faz parte do meio ambiente no âmbito da Constituição.

A questão ambiental surgiu, como movimento social (ecológico) global, na década de 60 do século XX, e seus reflexos chegaram ao Brasil na década de 70, durante a ditadura militar (BRÜGGER, 2004, p. 30).

Brügger explica que a esquerda brasileira *acreditava que o subdesenvolvimento do país se devia à ação do imperialismo aliado à oligarquia latifundiária, e que deveríamos nos bater por uma revolução antiimperialista, de caráter popular, com o apoio da burguesia nacional* (BRÜGGER, 2004, p. 31). A burguesia estava interessada em atrair investimentos estrangeiros que, com a pressão mundial em torno da preservação do meio ambiente, ficavam condicionados a determinadas exigências, e o Estado, seu parceiro, *antes que se houvesse enraizado aqui um movimento ecológico, [...] tratou de criar diversas instituições para gerir o meio ambiente*, mais preocupado, portanto, com a implementação de uma política de captação de recursos do que com o valor da natureza e seus componentes (BRÜGGER, 2004, p. 31).

Neste período é que são editadas, como se viu no capítulo 2, inúmeras leis regulamentando a situação dos animais silvestres, com destaque para a Lei de Proteção à Fauna (n.º 5.19767) que, não por acaso, modifica sua natureza jurídica de *res nullius* e bem passível de apropriação para a de bem público.

Na década de 80 do século XX, quando a questão ambiental foi popularizada e as manchetes de jornais e noticiários de todo o mundo voltaram suas atenções para possíveis desastres ecológicos e outras previsões apocalípticas (BRÜGGER, 2004, p. 15 e 30), a publicação das Leis da Política Nacional do Meio Ambiente (n.º 6.938/81) e da Ação Civil Pública (n.º 7.347/85) representou a estruturação sistemática de instrumentos mais adequados à administração do patrimônio ambiental e na definição da natureza das atividades e deveres atribuídos ao Estado a esse respeito (LEITE; AYALA, pp. 141-142).

Já extinta a ditadura militar, em 1988, a nova Constituição da República estendeu o dever de gestão do meio ambiente à coletividade, quando requalificou o meio ambiente como bem difuso e, em consequência, direito fundamental difuso (LEITE & AYALA, p. 146).

Encontra-se oculta, no conceito técnico-natural de meio ambiente conferido pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*), a concepção do mesmo, presente desde as leis dos fins da década de 60 do século XX, que ademais continuam em vigor, como *algo concreto, tangível e que pode ser solucionado desde que se adotem as medidas corretas* (BRÜGGER, 2004, p. 55).

A discussão da *proteção* é impulsionada por *necessidades de preservação do potencial produtivo dos ecossistemas, dos recursos naturais e do estudo de seus*

distúrbios, como a poluição ou a extinção massiva de espécies (BRÜGGER, 2004, p. 55), o que é observável nos próprios termos dessas leis, que remetem à manutenção do desenvolvimento econômico-social e utilizam-se, à exaustão, de expressões como planejamento, controle, proteção, racionalização, uso e manejo dos recursos ambientais, que *se referem a um universo essencialmente utilitário-racional de pensamento e ação* (BRÜGGER, 2004, p. 44).

Aplicável a esse contexto, a noção de *desenvolvimento sustentável* é um termo ambíguo e, assim como a relação com o meio ambiente, da maneira que se vê justificado na legislação brasileira, apartado de sua dimensão ético-política (BRÜGGER, 2004, p. 67). Criado para minimizar ou mesmo remediar a crise ambiental, prende-se estritamente aos critérios antes relacionados, a soluções técnicas. Desenvolvimento é, assim, confundido com crescimento, produtividade; e sustentabilidade com ecoeficiência, *capacidade de suporte* referentemente ao binômio recursos-população (BRÜGGER, 2004, p. 75).

Desse modo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável são construções ligadas à racionalidade do paradigma sócio-cultural hegemônico, tratado no capítulo 1, imerso numa cultura cientificista para a qual a natureza é uma fonte de recursos a serem preservados para que determinados atores sociais –as corporações transnacionais– prossigam suas atividades (BRÜGGER, 2008). Brügger tem razão, portanto, quando afirma que o grande problema a ser respondido, e que raramente está explícito é: *sustentar o quê, e para quem?* (BRÜGGER, 2004, p. 76).

3.2 - *Conservacionismo e a proteção deficiente da fauna silvestre*

Como se viu no capítulo 2, os animais que compõem a fauna brasileira são ora considerados como objetos passíveis de compor o patrimônio privado (essencialmente os domésticos), ora como bem ambiental (essencialmente os silvestres): *para o direito civil, o animal é coisa ou semovente; no direito penal, objeto material; e, no direito ambiental, bem ou recurso natural* (LEVAI L. F., 2006). Rodrigues explica que,

A bem da verdade, sob a égide jurídica os Animais são protegidos da seguinte forma: primeiro, os Animais continuam sendo considerados coisas ou semoventes, ou coisas sem dono conforme os dispositivos do Código Civil Brasileiro e, nesse sentido, são protegidos mediante o caráter absoluto do Direito de Propriedade, ou seja, como propriedade privada do homem e passíveis de apropriação. Aqui se encontram os Animais domésticos e domesticados, considerados coisas, sem percepções e sensações. Segundo, como [...] bens difusos. Sob essa proteção estão incluídos os Animais silvestres em ambiente natural, e os exóticos (RODRIGUES, 2004, p. 69).

A fauna silvestre, ainda que proclamada a *autonomia do valor jurídico ambiente* em relação a outros bens economicamente apreciáveis, a partir da Constituição de 1988 -e a despeito da classificação jurídica que lhe confere a doutrina (bem ambiental, macrobem), continua a ser tratada como recurso ambiental e, como indica a palavra recurso, meio para consecução de um fim (BRÜGGER, 2004, pp. 13-14). Isto porque a proteção do meio ambiente, e da fauna por extensão, acontece numa perspectiva de cunho antropocêntrico, o que não é desmentido pela preocupação com o desenvolvimento sustentável ou mesmo com interesses intergeracionais.

O reconhecimento da fauna silvestre aparece nos termos de uma perspectiva conservacionista (dos recursos naturais) que só fez crescer nos últimos 20 anos

(BRÜGGER, 2004, p. 21), e, em geral, interpreta perdas na biodiversidade como grandes prejuízos econômicos (BRÜGGER, 2004, p. 103). O Brasil é dotado de uma das maiores biodiversidades do planeta e está *no centro das atenções de colecionadores, zoológicos, circos, instituições científicas e, também de traficantes que atuam aqui e em outros países*, razão pela qual fez-se necessário regulamentar a situação dos animais silvestres (MARTINS, 2007, p. 184). Suas vidas são reduzidas a (valiosas) seqüências de genes (BRÜGGER, 2004, p. 102).

BRÜGGER chama a atenção para o fato de que a fauna silvestre, recentemente, representa a *matéria-prima* de um dos mais poderosos ramos da ciência biológica, liderado por gigantes das indústrias farmacêutica e petroquímica e do agronegócio. Eticamente controvertida,

A biotecnologia depende da conservação da biodiversidade na Terra e pode realizar feitos potencialmente fantásticos como aumentar a produtividade de muitos alimentos ou desenvolver defesas anti-herbívoras em vegetais que consumimos, evitando ou minimizando o ataque de pragas e a aplicação dos temíveis pesticidas químicos (BRÜGGER, 2004, p. 102).

A função ecológica que a Constituição ordenou proteger no artigo 225, em detrimento da individualidade dos animais que a representam, deve ser interpretada numa perspectiva conservacionista (LEVAI, 2004, p. 48). E os atentados contra a fauna silvestre são tutelados somente quando representam *crimes ecológicos* previstos na Lei n.º 9.605/1998, dos Crimes Ambientais (RODRIGUES, 2004, p. 73):

Resta claro que o bem jurídico tutelado na Lei dos Crimes Ambientais não são propriamente os Animais, porém sua função ecológica. [...] A função social da propriedade, combinada com a [outra] norma constitucional que impõe a utilização racional dos recursos naturais, remete à categoria de função ecológica da propriedade. A utilidade da função ecológica da propriedade implicaria certa limitação ao uso do

titular dos Animais, induzindo seu comportamento a uma racionalidade econômica que se traduz na conservação deles (RODRIGUES, 2004, p. 121).

A necessidade de preservação de bancos genéticos também respeita à proteção da fauna ameaçada de extinção, prevista constitucionalmente e referente, mais obviamente, aos animais que vivem na natureza.

Uma baleia é valorizada por ser um animal potencialmente em extinção, enquanto os cães, pelo contrário, existem em excesso. Assim, a diminuição da população de qualquer espécie de baleia costuma ser associada a graves perdas no que tange ao patrimônio genético do planeta –embora isso nem sempre seja verdade- enquanto que no caso dos cães isso nunca acontece (BRÜGGER, 2004, p. 13).

É por isso que é a Lei dos Cetáceos (Lei n.º 7.643/87) que prevê as penas mais graves dos crimes contra a fauna, a Lei dos Crimes Ambientais reprime mais fortemente as condutas cometidas contra espécies raras, e as decisões judiciais focalizam a proteção de animais que possuam essas características (cf. RODRIGUES, 2004, p. 121), e é assim que *a existência e o destino individuais* [acabam] *funcionalizados a uma **identidade da espécie**, a um **destino genético*** (ARAÚJO, 2003, p. 271).

Considera-se *cumprida* a função ecológica *na medida em que a fauna participa da manutenção e do equilíbrio do ecossistema* (FIORILLO, 2007, p. 125), de modo que mesmo a fauna silvestre só é protegida, na medida em que se entender estar ameaçada a sustentabilidade que se deseja proteger, razão pela qual a caça profissional, unicamente, é inteiramente vedada pela Lei de Proteção à Fauna –para que não se esgotem os recursos de quem deles pode apropriar-se. O Poder Público permite, ainda, que, sob fiscalização, sejam comercializados animais silvestres e seus produtos e, vez por outra, o IBAMA altera (amplia) a lista dos animais que podem ser criados e

vendidos como animais de estimação. *derrogações dominadas por propósitos de prevalência indiscriminada dos interesses humanos* (ARAÚJO, 2003, p. 270).

A biodiversidade, afinal, não é protegida como valor autônomo. Nem poderia sê-lo, já que a própria *política agrícola brasileira* [é] *baseada na produção de commodities –como grãos e carne-, cuja produção é responsável pela devastação de uma das florestas mais ricas em biodiversidade do planeta: a Amazônica* (BRÜGGER, 2008).

3.3 - Os animais domésticos e a questão do bem-estar

A situação dos animais domésticos não é melhor do que a dos animais silvestres no âmbito da legislação brasileira, já que os animais incluídos na categoria, entre os quais aqueles destinados à indústria de alimentos e os utilizados em pesquisas científicas, além dos animais de companhia, não possuem relevância ambiental nem se encontram em risco de extinção (LEVAI, 2008). Os primeiros são os animais imediatamente mais úteis aos sistemas produtivos, mortos aos milhões todos os dias²⁰ para servir a alimentação e garantir a segurança de inúmeros produtos consumidos pelos seres humanos (BRÜGGER, 2004, p. 130). Com relação aos animais de companhia, embora lhes sejam favoráveis os laços de reciprocidade que firmem com seus donos, e por vezes se tratem dos animais os mais acarinhados,

são também os mais contingentemente expostos de todos os não humanos, até na medida em que, em razão da sua “antropização”, do efeito mimético induzido pela simbiose da domesticação, a sua sobrevivência, a sua segurança, o seu bem-estar, são postos em causa

²⁰ Apenas no Reino Unido, são criados 900 milhões de animais, a cada ano, para servirem de alimento (FRANCIONE, 2007).

pelo simples facto do abandono pelos humanos (ARAÚJO, 2003, pp. 108-110)²¹.

Atualmente, os animais domésticos são considerados bens privados, que *podem ser comercializados livremente, tendo inclusive o proprietário direito a receber indenização por qualquer dano provocado por terceiro ou pelo próprio Estado* (SANTANA, 2008a). Mas, até meados da década de 80 do século passado existia uma interpretação judicial determinando que o crime de dano cometido *em* animal doméstico (objeto material) absorvia a contravenção penal *tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo* (LEVAI, 2008).

A vedação à crueldade contra os animais domésticos foi transformada em crime, já com respaldo da Constituição de 1988, somente uma década depois, com a Lei dos Crimes Ambientais. Pouca coisa mudou, conforme já se pôde demonstrar, já que a pena cominada a quem, nos exatos termos da lei, *praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos* não ultrapassa, quase nunca, um ano de detenção,

o que permite ao autor dos fatos livrar-se da persecução penal caso possa celebrar transação perante o Juizado Especial Criminal. Sem esquecer, é claro, do fundado risco da prescrição, sempre que o feito se tornar moroso. [...] os animais continuam discriminados pelo estigma do malfadado princípio da insignificância (LEVAI, 2008).

A responsabilização criminal daquele que, também nos dizeres da Lei de Crimes Ambientais, *realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que*

²¹ *Apenas na cidade de São Paulo os cães representam 1/7 da população humana. A maioria morre prematuramente, por abandono nas ruas ou por negligência de seus donos, não raras vezes de forma cruel. Em termos numéricos a matança institucionalizada pelo poder público (exterminio de animais abandonados, no CCZ) chega a mais de uma centena por dia, o que se traduz em uma autêntica chacina a cada ano: 14.000 animais morto, independentemente de serem animais saudáveis, passíveis de tratamento veterinário ou de obter adoção* (LEVAI, 2008).

para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos, parece ainda mais distante, sobretudo depois da confirmação da Lei Arouca (n.º 11.794/2008) que, sob pretexto de regulamentar a vedação constitucional à crueldade contra animais, relegitimou no país a experimentação animal, não raro dolorosa e letal, e deixou nas mãos dos próprios experimentadores, que fazem maioria nas CEUAs, cumprir e fazer cumprir as normas aplicáveis à utilização de animais para ensino e pesquisa, e examinar previamente os procedimentos de ensino e pesquisa a serem realizados na instituição à qual esteja vinculada, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável (art. 10, I e II).

Tudo isso é possível porque expressões como crueldade, necessidade, tratamento humanitário, trabalho excessivo, atividade cultural, animal daninho, animal nocivo, vocábulos presentes nas leis que visam proteger o bem-estar dos animais domésticos, são conceitos indeterminados e o antropocentrismo ainda é *dominante na hermenêutica jurídica* (LEVAI, 2008).

Ainda que exceda os limites desse estudo, aqui cabe, como indicado no capítulo 1, considerar que o discurso jurídico, construído pela dogmática ou Ciência Jurídica, foi colonizado pela racionalidade hegemônica da ciência (SANTOS, 2005, p. 120), que este trabalho considera antropocêntrica.

Como esclarece Santos, o direito moderno, estatizado, *constitui um racionalizador de segunda ordem da vida social, um substituto da cientificação da sociedade*, a quem foi atribuída a tarefa de assegurar a ordem exigida pelo capitalismo (SANTOS, 2005, pp. 119-120).

O contratualismo que, como consta do capítulo 2, serviu como teoria política para legitimar o Estado, o cânone da identidade axiologicamente relevante da humanidade: do constitucionalismo, do liberalismo, da defesa dos direitos humanos, da

definição de imputabilidade, responsabilidade, autonomia moral (ARAÚJO, 2003, p. 191) excluiu os animais de suas preocupações, e o direito estatal moderno incumbiu-se de sistematizá-lo e racionalizá-lo, através da dogmática jurídica, deixando à mostra a cumplicidade entre ciência e direito modernos (SANTOS, 2005, p. 126).

A matriz positivista da Ciência, passando a exercer uma autêntica ditadura epistemológica no século XIX, condicionou, imediatamente, a configuração da dogmática jurídica (ANDRADE, 1996, p. 98), que, quando se conjugou com o positivismo jurídico²², estava apta a desempenhar seu papel de preparadora de decisões judiciais e legislativas (ANDRADE, 1996, p. 75), apropriando-se das normas positivas de origem estatal para construir um sistema conceitual capaz de assegurar que se realizariam *de um modo necessário, seguro e uniforme e, ademais, de uma maneira fácil e rápida* (ANDRADE, 1996, p. 50), o que significa conferir *segurança jurídica* a uma ordem cultural que, já estabelecido no capítulo 1, é antropocêntrica e, com relação aos animais, excludente. A dogmática constrói os conceitos acima referidos, como também outros, como os de pessoa jurídica, criado para conservar o sistema de acumulação de bens (RODRIGUES, 2004, p. 126), e de sujeitos de direitos, a serem aplicados pelos juízes. *A apresentação de afirmações normativas como afirmações científicas e de afirmações científicas como afirmações normativas é um fato endêmico do paradigma da modernidade* (SANTOS, 2005, p. 54).

Em vista disso, afirma-se ser *necessária* a instrumentalização dos interesses dos animais, mesmo que venham a sofrer privações e angústia, quando recoberta por

²² Vera Regina Pereira de Andrade se vale dos ensinamentos de Norberto Bobbio para afirmar que o positivismo jurídico caracteriza-se pelos três aspectos sob os quais se manifesta: 1) como *approach* ao direito que se pretende científico, isto é, dotado da neutralidade e da objetividade científicas, e que tem como principal efeito o de conformar a ideologia da “neutralidade ideológica” da Ciência Jurídica; 2) como teoria que vincula o fenômeno jurídico ao Estado, enquanto poder soberano detentor do monopólio da lei e da coerção, a que o *approach* juspositivista, historicamente, se vinculou; 3) como ideologia, representando a crença em certos valores, em nome dos quais confere ao Direito positivo, pelo simples fato de existir, um valor positivo, independentemente de sua correspondência com o Direito Ideal, o que implica uma exaltação do Estado e sua função na vida do Direito (ANDRADE, 1996, pp. 55-63).

alguma instituição reconhecida e que é crueldade *apenas aquilo que de algum modo interfere com a exploração econômica dos animais e não releva para ela [...] e por isso possa se afigurar gratuito, irrelevante ou nocivo àquela funcionalização* (ARAÚJO, 2003, p. 123). A exigência do adjetivo humanitário, no uso dos animais, é vista por Araújo como uma

rematada expressão de antropocentrismo [...] cruelmente auto-referente, visando literalmente mais o melhoramento moral dos homens do que especificamente uma salvaguarda que não estivesse contingentemente exposta à moralidade do agente humano (ARAÚJO, 2003, pp. 119-120).

Em diversos setores (agronegócio, científico, sanitário) e em tantos eventos supostamente culturais e recreativos (rodeios, vaquejadas, circos, zoológicos) o que é considerado cruel contra humanos é aceito, com o beneplácito do Poder Público, contra os animais domésticos (LEVAI, 2006, p. 172).

3.4 - Bem-estarismo legal e abolicionismo

As leis que tratam dos animais domésticos têm regulamentado, progressivamente, sua utilização, sob condições e ressalvas, buscando a proteção de seu bem-estar psico-físico. Segundo Felipe, o bem-estarismo²³ constitui uma das estratégias de argumentação em favor de um estatuto moral dos animais, caracterizada pela crítica às formas tradicionais de manejo e pela defesa de reformas no sistema de

²³ A autora explica que o termo decorre de tradução livre da expressão *welfarists*, do inglês, e admite que possa ser substituído pelo vocábulo *reformistas*, sem prejuízo do sentido que se pretende (FELIPE, 2008, p. 66).

captura e confinamento de animais usados para benefício humano (FELIPE, 2008, pp. 65-66). Quando tais reformas se reivindicam pela via legislativa, a estratégia recebe o nome de bem-estarismo legal.

Esse conceito vem sendo amplamente estudado e criticado nos últimos 20 anos. Para Francione, esse é um movimento conservador, ineficaz e contraproducente na busca de real proteção aos animais. O autor entende que as leis reformistas, porque buscam a regulamentação, ao invés de proibirem atividades institucionais significativas, *fazem pouco mais que operar mudanças insignificantes, que muito mais beneficiam os exploradores do que ajudam os animais* (FRANCIONE, 2007).

Para demonstrá-lo, com relação às reformas legais sobre a matéria realizadas, nas últimas décadas, ao redor do mundo, observa que a razão pela qual a integridade física, emocional e o bem-estar social dos animais utilizados em experimentos passaram a ser considerados é que:

1. Considera-se, hoje, indispensável explorar os animais com a máxima eficiência, quer dizer, sem destruir as características biológicas, fisiológicas e metabólicas específicas que os tornam valiosos para o experimento. [...] Maus-tratos, privações e invasões [...] causados por manejo inadequado ou desleixo, são variáveis que interferem negativamente no resultado experimental. [...]
2. Os reformistas bem-estaristas concordam que é preciso limitar o sofrimento imposto aos animais, de modo a que somente os “necessários” sejam considerados lícitos. Mas a definição do que seja “sofrimento necessário” ao experimento é relativa ao interesse do pesquisador, não do animal [...]
3. A lei começa a levar em conta a obrigação de realizar o experimento “com humanidade”, de acordo com o protocolo de investigação, e, pois, a de não “infligir sofrimento desnecessário” ao animal. Produzir queimaduras na pele de suínos para verificar até que ponto há reações emocionais que interfiram no apetite [...] é considerado *legítimo* num projeto experimental. (FRANCIONE *apud* FELIPE, 2008, p. 96).

O texto citado dá uma idéia da medida de proteção alcançável pela recém-editada Lei Arouca (n.º 11.794/2008). Para Francione estes esquemas não apresentam *conteúdo substancial, ainda por cima é impossível controlar sua aplicação e garantir seu funcionamento*. Já foi considerada, no capítulo 2, a cumplicidade entre os órgãos fiscalizadores da aplicação das leis, os CEUAs, e os vivissectores.

A questão básica é que o bem-estar animal se concentra no tratamento dos animais (FRANCIONE, 2007). Advogando o abolicionismo, Francione propõe o fim de todas as formas institucionalizadas de exploração animal (FELIPE, 2008), a estratégia argumentativa mais radical em favor dos animais. O autor acredita que o único tipo de legislação que pode fazer uma real diferença é a que prevê proibições, a título de exemplo, de todo uso de animais em circos (FRANCIONE, 2007), objeto de discussão no cenário jurídico e político brasileiro.

Sendo assim, Araújo tem razão quando afirma que

A consagração do “bem-estar animal” constitui uma barreira defensiva demasiado tênue, visto que o conceito deixa subentendido que a exploração das espécies não-humanas não suscita questões difíceis e é pacificamente aceite, como se se tratasse de uma regra que não reclama justificação especial enquanto se mantiver dentro do âmbito do binômio “necessidade/conveniência”, binômio em que predomina a maximização do proveito econômico que possa retirar-se imediatamente daquela exploração – legitimando, assim, desde o início, um máximo de instrumentalização que nada impedirá se converta em subalternização permanente do interesse dos não-humanos na preservação do seu próprio bem-estar (ARAÚJO, 2003, p. 121).

Nesse contexto, o bem-estarismo legal mostra-se plenamente compatível com o antropocentrismo, sintetizado no capítulo 1.

3.5 - A crise paradigmática e as visões pioneiras de Peter Singer, Tom Regan e das ecofeministas

Anuncia a mudança de perspectiva no modo de tratar os animais e representa sintoma de uma crise no seio do paradigma antropocêntrico, ou ao menos suscita o confronto paradigmático (ARAÚJO, 2003, p. 12), o crescente ceticismo em relação às “verdades” científicas e ao reducionismo cartesiano (FRANCIONE *apud* FELIPE, 2008, p. 97) fruto das revoluções conceituais por que passou a física no século XX, conducentes a uma nova mundivisão, sistêmica, orgânica, holística e ecológica (BRÜGGER, 2004, p. 129). Os resultados das investigações sobre a natureza dos animais e o florescimento das ciências da mente derrubaram a tese, na biologia, da inconsciência animal (FELIPE, 2008, p. 71). As revelações divulgadas pelos abolicionistas, sobre os bastidores dos laboratórios científicos e indústrias de produção de animais para o consumo humano (FRANCIONE *apud* FELIPE, 2008, p. 97), também fizeram a sua parte.

As obras pioneiras de Peter Singer e Tom Regan são reconhecidas pela perturbação filosófica que desencadearam. Os dois apresentam propostas abolicionistas, por meios distintos: *Tom Regan reclama a “libertação” através do reconhecimento de direitos subjetivos aos animais*, enquanto o utilitarismo preferencial de Peter Singer constitui *vertente mais moderada, mais permeável à solução da simples salvaguarda do “bem-estar” animal, mesmo que em detrimento de direitos individuais de seres não-humanos* (ARAÚJO, 2003, p. 9).

Segundo o utilitarismo preferencial de Peter Singer, cujo argumento não depende da categoria dos direitos, devemos igual respeito a todos os sujeitos capazes de ter preferências (interesses), entre eles os animais, sem privá-los do que eles próprios

escolhem para garantir seu bem, independentemente da natureza dessas preferências, racional ou senciente (FELIPE, 2008).

Na sua crítica ao especismo, o autor lembra que muitos seres humanos –os chamados casos marginais- não são dotados das habilidades paradigmáticas de nossa espécie, como raciocínio lógico, pensamento abstrato, linguagem, autodeterminação etc., e que, se não estamos dispostos a aceitar que seres humanos menos habilidosos sejam usados para benefício dos mais habilidosos, também devemos estar preparados para aceitar que seres sencientes, destituídos dessas habilidades, sejam utilizados e mortos em nome de interesses econômicos (FELIPE, 2008). Para Sônia T. Felipe, o apelo mais forte do utilitarismo preferencial de Peter Singer é a um princípio de coerência moral do sujeito cujas ações são conscientes (FELIPE, 2003, p. 156), que o leve a considerar todos os interesses semelhantes sob um único e mesmo critério (FELIPE, 2003, p. 167).

Para Singer, o modo (especista) como tratamos os animais é uma questão ética. O autor sustenta que toda ação ética deve considerar os interesses de todos os que forem por ela afetados, o que proporciona um princípio básico de igualdade, o “princípio da igual consideração dos interesses”, que permite superar os limites da tradição especista (SINGER, 2002, p. 30). Sua tese é que, *do ponto de vista ético, temos deveres morais diretos, positivos e negativos de respeito e consideração por todos os interesses que representam preferências* (FELIPE, 2008). Em outras palavras, o princípio da igualdade deve ser respeitado na consideração de interesses semelhantes, ainda que eles sejam os interesses de seres nascidos em espécies diferentes (FELIPE, 2003, p. 166): *o único limite aceitável para nossa preocupação moral é o ponto no qual não há consciência da dor ou prazer, nem preferências conscientes, portanto* (SINGER, 2008).

Não obstante, Peter Singer não defende direitos para os animais. Sustenta que a maneira de tratá-los pode ser deduzida com maior amplitude através da teoria dos deveres (positivos, como o de não causar injúria; negativos, como o de dar assistência aos necessitados) do que através da teoria dos direitos (FELIPE, 2003, p. 177).

Tom Regan desenvolve a mesma linha de pensamento, mas não segue seu argumento até o fim:

Para Singer, só pode haver interesse quando há consciência do agradável ou do desagradável, do bom ou do ruim [...] Para Regan, há interesses há serem respeitados sempre que estivermos diante de um ser que pode vir a ser prejudicado ou beneficiado em seu próprio bem, por nossos atos, e ainda que o próprio indivíduo não tenha a mínima consciência do que estamos fazendo a ele (FELIPE, 2008).

Regan admite que estes seres possuem um tipo de valor, que ele chama de “inerente”; são “sujeitos-de-uma-vida” e, assim, merecedores de respeito: um ser que é sujeito-de-uma-vida por possuir valor inerente deve ser respeitado, independentemente de ocorrer ou não a satisfação de experiências no âmbito da autoconsciência (FELIPE, 2003, p. 184). Os sujeitos-de-uma-vida são aqueles que *experimentam física ou fisiologicamente o infortúnio da privação e/ou da incapacidade de fazer uso da liberdade para a busca do bem-estar, portanto não são apenas seres vivos*, mas seres que vivenciam os fenômenos da vida enquanto indivíduos (FELIPE, 2003, p. 183). Diante disso, para Regan, ao contrário de Singer, o que deve contar não é o interesse, mas a individualidade do titular, sob pena de submetermos os indivíduos aos interesses e, em especial, aos interesses de maior número (ARAÚJO, 2003, p. 340)

Existe, assim, outro ponto em que Regan diverge de Singer:

diferentemente do utilitarismo de ação (preferencial) que considera mais desejável a ação que maximiza a satisfação dos interesses dos indivíduos, e que permite contrabalançar a satisfação de uns contra o

mal-estar de outro, Regan considera apenas o bem próprio do indivíduo afetado pela ação, e não os desdobramentos dessa sobre o bem de outros ao seu redor (FELIPE, 2003, p. 192).

Quando se trata dos direitos, há *pelo menos um núcleo de interesses intangíveis que não podem ser equacionados numa ponderação com vantagens de bem-estar* (ARAÚJO, 2003, p. 123). Seguindo o argumento de Regan,

não podemos julgar que uma ação é boa pelos efeitos benéficos que desencadeia sobre terceiros, ou má em função dos efeitos maléficos, pois isso seria o mesmo que considerar que aquele que sofre diretamente a ação é apenas um canal, um instrumento através do qual passam as consequências positivas ou negativas para os demais. Isso desrespeita o indivíduo na qualidade de um ser que possui valor inerente. Assim, ainda que uma ação seja benéfica para outros, se ela não o é para aquele que a sofre negativamente, não há como justificá-la (FELIPE, 2003, p. 192).

O autor acredita que a defesa dos animais deve seguir a mesma lógica e os mesmos pressupostos utilizados na defesa dos direitos humanos já que, a princípio, a razão pela qual se atribuem direitos aos seres humanos não se limita à posse da autoconsciência (FELIPE, 2003, p. 183), mas se trata da posse de sensibilidade.

A estratégia de Regan, defende, portanto, a atribuição de direitos morais a todos aqueles que tenham valor inerente, e *possuir direitos morais é ter um tipo de proteção que poderíamos imaginar como um sinal invisível dizendo “Entrada proibida”*, limitando a liberdade dos outros (REGAN, 2006, p. 47).

O movimento ecofeminista, desde a década de 70 do século XX, por sua vez, traz outras luzes à questão do especismo, interpretado através da conexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres:

para o ecofeminismo, o pensamento ocidental identifica, do ponto de vista político, a mulher com a Natureza e o homem com a cultura, sendo a cultura (no pensamento ocidental) superior à Natureza; a cultura é uma forma de “dominar” a Natureza; daí decorre a visão (do

ecofeminismo) de que as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da Natureza, porque a sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher (SILIPRANDI, 2008).

A ética feminista é a “ética do cuidado”, contextual, contraposta à “ética da justiça”, abstrata, desenvolvida pelo gênero masculino com base nos direitos individuais (ZOBOLI, 2008). O ecofeminismo não fala em direitos, tidos como veículos da exploração machista, mas na proteção dos animais (FELIPE, 2008); prega uma moral de sentimentos, recusando a demarcação entre direito e moral (ARAÚJO, 2003, pp. 326-330).

Na verdade, o que as ecofeministas censuram é a suposta *ingenuidade da causa dos direitos animais quando se concentram no que é apenas um sintoma do domínio androcêntrico* (ARAÚJO, 2003, p. 330). Especialmente para as construtivistas, especismo, como racismo e sexismo, são formas sobrepostas e comunicantes de violência, sistemas concatenados de domínio (ARAÚJO, 2003, p. 328) que se apresentam como fenômeno histórico, uma construção, desde os gregos, *de um Eu masculino dominador, hiperseparado de seu próprio corpo, de seus afetos, das mulheres, dos outros seres vivos e da Terra que o sustenta* (PULEO, 2008).

Com efeito, como observa Boaventura de Sousa Santos, são múltiplas as faces da dominação e, assim, múltiplas as resistências e os agentes que as protagonizam. Não sendo possível reuni-las sob uma grande teoria comum, o autor propõe o desenvolvimento de uma “teoria de tradução”, que as torne *mutuamente inteligíveis e permita aos atores coletivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam*, servindo de suporte epistemológico a novas práticas emancipatórias (SANTOS, 2005, pp. 27-31), inclusive no que respeita à condição dos animais.

É necessária, portanto, uma crítica radical do paradigma antropocêntrico para que se possam desenhar os primeiros traços de um novo paradigma, com horizontes emancipatórios que levarão, por sua vez, a um novo senso comum com respeito a nossas atitudes para com os animais.

Considerações finais

Tendo sido estabelecido que tanto os animais domésticos quanto os silvestres são protegidos enquanto recursos econômicos, segundo a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência moderna, chegou-se à conclusão de que o direito brasileiro pode ser analisado da seguinte maneira:

1 – os animais silvestres, mesmo que tenham deixado de ser propriedade do Estado pela Constituição de 1988, são protegidos como recurso ambiental de interesse humano, e não como valor autônomo.

2- eles representam a matéria prima das ciências e só são protegidos se possuírem função ecológica (se representarem recursos que não devem se esgotar) e por isso sua situação necessitou ser regulamentada.

3- O fundamento da proteção dos animais domésticos no sistema jurídico brasileiro é a vedação constitucional à crueldade. Os animais domésticos, porém, mais úteis ao sistema produtivo, são considerados bens privados. Assim sendo, fica comprometida a aplicação do mandamento constitucional. Além disso, a crueldade é um conceito indeterminado e o antropocentrismo influi na hermenêutica jurídica, já que o discurso jurídico construído pela dogmática foi colonizado pela racionalidade da ciência.

4- as leis que visam proteger os animais domésticos ocupam-se, exclusivamente, de regulamentar sua utilização de modo a não prejudicar o seu bem estar, o chamado ”bem-estarismo” legal. Dessa maneira, presas ao paradigma antropocêntrico, contemplam os interesses humanos.

5- as reformas, portanto, mostram-se ineficientes para os animais.

6- Faz-se, pois, necessária, uma revisão das estratégias utilizadas para proteger os animais, uma idéia de todos os que questionaram o paradigma antropocêntrico e propõem a mudança de nossas atitudes para com eles.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Dogmática jurídica: esboço de sua configuração e identidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996, 118p.

ARAÚJO, Fernando. *A hora dos direitos dos animais*. Coimbra: Almedina, 2003, 376p.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, 1318p.

_____. *O positivismo jurídico: noções de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 2006, 239p.

BRÜGGER, Paula. *A fauna silvestre como mercadoria: mais uma vitória do especismo?* Disponível em:
http://www.sentiens.net/top/PA_TRI_paulabrugger_10_top.html. Acesso em: 10 de agosto de 2008.

_____. *Amigo animal: reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente: animais, ética, dieta, saúde, paradigmas*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2004, 159p.

_____. *Dieta vegana e sustentabilidade (g)local*. Disponível em:
http://www.sentiens.net/top/PA_ACD_paulabrugger_17_top.html. Acesso em: 15 de novembro de 2008.

_____. *Educação ou adestramento ambiental?* Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras contemporâneas, 2004, 200p.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURAL. *Projeto de lei n.º 7.291, de 2006*. Disponível em: <http://www.sentiens.net/central/plciscos.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2008.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Projeto de lei n.º 7.291, de 2006*. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/430964.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2008.

COUTO, Verônica. *Circos e entidades disputam animais em Brasília*. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bichos/ult10006u450907.shtml>. Acesso em: 1 de outubro de 2008.

CORDEIRO, Renato. Lei Arouca: importante contribuição do Legislativo para a área da C&T. *Jornal da ciência*. Rio de Janeiro, p. 7, 26 de setembro de 2008.

CUNHA, Luciano Carlos. *Senciência*. Disponível em:
http://www.sentiens.net/top/PA_GLOSSARIO_top.html. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

DIAS, Edna Cardozo. *A Defesa dos Animais e as Conquistas Legislativas do Movimento de Proteção Animal no Brasil*. Disponível em:
http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./especie/fauna/index.html&conteudo=./especie/fauna/artigos/defesa_anim.html. Acesso em: 12 de agosto de 2008.

_____. *A Tutela Jurídica dos Animais*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, 421p.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005, 4230p.

FELIPE, Sônia T. *Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007, 351p.

_____. *Fundamentação ética dos direitos animais*. Disponível em:
http://www.sentiens.net/top/PA_ACD_soniafelipe_11_top.html. Acesso em: 30 de maio de 2008a.

_____. O estatuto dos animais usados em experimentos: da negação filosófica ao reconhecimento jurídico. In: TRÉZ, Thales (Org.), *Instrumento Animal: o uso prejudicial de animais no ensino superior*. Bauru: Canal 6, 2008b, 211p.

_____. *Por uma questão de princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003, 216p.

FIORILLO, Carlos Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007, 554p.

FRANCIONE, Gary L. *Abolição e reforma incremental*. Disponível em:
http://www.sentiens.net/top/PA_ENS_garyfrancione_12A_top.html. Acesso em 10 de julho de 2008, disponível em Sentiens Defesa Animal.

_____. *Um selo enganoso*. Disponível em:
http://www.sentiens.net/top/PA_ENS_garyfrancione_16B_top.html. Acesso em: 30 de outubro de 2008.

GREIF, Sérgio; TRÉZ, Thales. *A verdadeira face da experimentação animal: a sua saúde em perigo*. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional "Fala Bicho", 2000, 200p.

GUIBU, Fábio. *Tragédia: garoto é morto por 5 leões em circo*. Disponível:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1004200019.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2008.

GUIBU, Fábio. *Tragédia: IBAMA quer regras de segurança em circos*. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1304200022.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2008.

IBAMA. *Criadouros de Animais Silvestres*. Disponível em:
<http://www.ibama.gov.br/fauna/criadores.php> . Acesso em: 10 de setembro de 2008.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, 260p.

LEITE, José Rubens Morato. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 344p.

_____. AYALA, Patryck de Araújo. *Direito Ambiental na Sociedade de Risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, 368p.

LEVAI, Laerte Fernando. Crueldade consentida -crítica à razão antropocêntrica. *Revista Brasileira de Direito Animal*. Instituto de Abolicionismo Animal, Salvador, v. 1, pp.171-191, jan/dez. 2006.

_____. *Direito dos animais*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004, 159p.

_____. *Promotoria de Defesa Animal*. Disponível em:
http://www.sentiens.net/top/PA_ENS_laertelevai_10_top.html. Acesso em: 10 de maio de 2008.

LEVAI, Tamara Bauab. *Vítimas da ciência*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2001, 80p.

LIMA, José Epifânio Regis. *Vozes do silêncio*. São Paulo: Instituto Nina Rosa, 2008a, 191p.

LIMA, Wothan Tavares de. Entendimento humano da experimentação animal. *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, ano 60, n. 2, pp. 26-27, Rio de Janeiro, abril/maio/junho 2008b.

LINZEY, Andrew. *Os direitos divinos dos animais*. Tradução de Sônia T. Felipe. Disponível em: http://www.sentiens.net/top/PA_ACD_andrewlinzey_15_top.html . Acesso em: 30 de setembro de 2008.

MARKUS, Regina Pekelmann. Lei Arouca: "Sem estudar a vida, não é possível compreendê-la". *Jornal da ciência*. Rio de Janeiro, p. 7, 26 de setembro de 2008.

MARTINS, Tiago de Souza. *A Convenção Sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) e sua implementação no Brasil*. 293 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Coordenação de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. Monografia (Curso de Graduação em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MORALES, M. M. Métodos alternativos à utilização de animais em pesquisa científica: mito ou realidade? *Revista Brasileira para o Progresso da Ciência*, ano 60, n. 2, pp. 33-36, Rio de Janeiro, abril/maio/junho 2008.

REGAN, Tom. *Jaulas vazias*. Porto Alegre: Lugano, 2006, 266p.

PULEO, Alicia. *Feminismo e ecologia*. Disponível em: <http://www.ambienteemfoco.com.br/?p=3082>. Acesso em: 30 de outubro de 2008.

RODRIGUES, Danielle Têtu. (2004). *O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa*. Curitiba: Juruá, 2004, 163p.

RYDER, Richard. D. Speciesism. Tradução de Sônia T. Felipe. In: *Victims of science: the use of animals in research*. London: National anti-vivisection society, 1983, cap. 1, pp. 1-14. Disponível em: http://www.sentiens.net/top/PA_ACD_richardryder_16_top.html. Acesso em: 10 de outubro de 2008.

SANTANA, Heron José de. *Abolicionismo animal*. Disponível em: http://www.sentiens.net/top/PA_ENS_heronsantana_04_top.html . Acesso em: 10 de agosto de 2008a.

SANTANA, Luciano Rocha. *Maus tratos e crueldade com animais nos centros de controle de zoonoses: aspectos jurídicos e legitimidade ativa do Ministério Público para propor ação civil pública*. Disponível em: http://www.sentiens.net/top/PA_ENS_lucianosantana_07_top.html. Acesso em 20 de agosto de 2008b.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2005, 415p.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2008, 92p.

SILIPRANDI, Emma. *Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais*. Disponível em: www.emater.tc.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2008.

SILVEIRA, Edeval. *História das transformações populacionais*. São Paulo: IBEP, 1998, 320p.

SINGER, Peter. *A significância do sofrimento animal*. Tradução de Sônia T. Felipe. Disponível em: http://www.sentiens.net/top/PA_ACD_petersinger_15_top.html . Acesso em 30 de setembro de 2008, disponível em Sentiens Defesa Animal:

_____. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, 399p.

_____. *Libertação animal*. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004, 357p.

SOS ANIMAIS & CIA. *Justiça proíbe circo de exhibir animais em Salvador/Bahia.*

Disponível em: <http://sosanimaisecia.org/blog/?p=126>. Acesso em: 15 de novembro de 2008.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. *A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações.* Disponível em: www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/89.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2008.

WSPA. *Circo legal não tem animal.* Disponível em:

<http://www.wspabrasil.org/wspaswork/udaw/circo-legal.aspx>. Acesso em: 10 de novembro de 2008.